

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A (RE)ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO
DA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA SANTA
RITA E SEPÉ TIARAJÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO DO
CIPÓ (RS)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tanise Pedron da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**A (RE)ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ,
MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ (RS)**

Tanise Pedron da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Extensão Rural e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. José Antônio Costabeber

Santa Maria, RS, Brasil

2012

S586r Silva, Tanise Pedron da
A (re)organização da produção : um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó (RS) / Tanise Pedron da Silva. – 2012.
100p. ; 30 cm

Orientador: José Antônio Costabeber
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2012

1. Reforma agrária 2. Agricultura familiar 3. Alimentação – Assentamentos rurais 4. Assentamentos rurais – Estratégias alimentares I. Costabeber, José Antônio II. Título.

CDU 316.334.55
332.021.8

Ficha catalográfica elaborada por
Alenir Inácio Goularte – CRB 10/990
Biblioteca Central da UFSM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

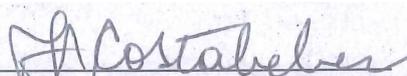
A comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a dissertação de mestrado

**A (RE)ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO
DO CIPÓ (RS)**

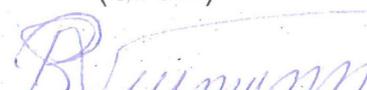
elaborada por
Tanise Pedron da Silva

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural.

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof. Dr. José Antônio Costabeber
(Presidente/Orientador)


Prof.ª Dr.ª Lia Rejane Silveira Reiniger
(UFSM)


Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann
(UFSM)

Santa Maria, 24 de fevereiro de 2012.

Agradecimentos

À sociedade brasileira por ter me permitido ocupar os bancos acadêmicos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, numa instituição pública e de qualidade.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), que me permitiu este crescimento profissional, mas também humano. E também a CAPES, que me permitiu cursar a pós-graduação com uma bolsa de estudo.

Ao mestre José Antônio Costabeber que me deu seu voto de confiança na realização deste trabalho. Com sua ajuda foi possível lapidar as ideias resultando nesta dissertação.

Aos assentados do Santa Rita e do Sepé Tiarajú, que *teimam* em lutar por dias melhores, frente à um mundo rural de adversidades.

Ao meu grande companheiro, amor e amigo Bruno. Este *cabra da peste* que esteve firme ao meu lado, me dando apoio incondicional e aguardando pacientemente os novos desafios acadêmicos que se apresentavam na minha frente. Desejo profundamente experimentar ao teu lado os desafios que a vida nos proporcionar daqui para frente. Obrigada pela espera!

A minha grande amiga Flávia Kauffmann, que esteve comigo nessa jornada. Ela, que com uma mescla de força e brandura me ajudou a ver o mundo de uma forma diferente. Ensinou-me a ver que nem tudo que parece realmente é. Nosso amado 1318 ficará eternizado na minha memória. Valeu por tudo!

A Greice, que com sua doçura e paciência, me ajudou a ver que nossa realidade pode ser bem melhor se nos doarmos de coração no que nos dispomos a fazer.

À companheira Macarena, essa linda flor que com sua afeição encanta a tod@s. Tantos foram os ensinamentos durante todo esse tempo de convivência. A *cocthabamba* (com seus moradores), eternizada em nossas memórias e nossos corações, nos proporcionou estórias marcantes!

Ao companheiro Vilson, que foi fundamental para a viabilização do trabalho de campo. Nossas conversas e nosso crescimento humano e profissional ficarão marcados eternamente na minha memória.

À todos do departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) que de forma ou de outra estiveram presente na minha formação durante a essa jornada.

Ao Movimento Estudantil (DCE-UFSM e FEAB-UNE) pela oportunidade das crises políticas e por compreender a luta por uma sociedade justa. Valeu *velha-guarda*!

À minha família, que apostou e que acreditou. O meu *muito obrigada*!

Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte,
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei,
Ou nada sei
Conhecer as manhas
E as manhãs
O sabor das massas
E das maçãs
É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir
Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente

(trecho de Tocando em Frente, de Almir Sater)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A (RE)ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ, MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ (RS)

AUTORA: Tanise Pedron da Silva
ORIENTADOR: José Antônio Costabeber

A alimentação no meio rural passa por recentes transformações, em que a reprodução social da família é marcada por instabilidades geradas pela negligência de determinadas práticas comuns à agricultura de mão de obra predominantemente familiar. Esta dissertação tem por objetivo identificar as possíveis razões que limitam os agricultores a incluir na sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar, bem como caracterizar alguma provável potencialidade para re-estabelecer qualquer estratégias de segurança alimentar. Para elaboração desta dissertação, realizou-se primeiramente um estudo teórico, para analisar a lógica interna das famílias rurais, demonstrando que a garantia da alimentação é intrínseca ao modo de vida dos sujeitos do meio rural, compondo o que chamamos aqui de essência de agricultor e que garante a reprodução social das famílias. Neste estudo teórico, foi realizado um resgate histórico das diferentes concepções que a segurança alimentar tomou ao longo do tempo, analisando de que forma a incorporação do discurso de desenvolvimento capitalista atinge o poder de observar e decidir dos agricultores em relação ao agroecossistema, e, em consequência, atingindo a forma de organização da produção. Nessa mesma perspectiva é analisada também a proximidade do meio rural com o meio urbano, tentando-se compreender até que ponto as famílias rurais re-determinam suas prioridades em virtude da assimilação das particularidades do meio urbano. A partir desse esforço teórico, partiu-se para o trabalho empírico, adotando os assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, situados no município de Capão do Cipó (RS), através de entrevistas semi-estruturadas com as famílias-chave buscando demarcar suas semelhanças e diferenças no que tange à organização da produção. De forma geral, os resultados apontaram para um processo em que os assentados na busca por acompanhar as orientações de adoção de tecnologias em sintonia com o desenvolvimento capitalista, têm contribuído para romper com esse modo de vida específico. Somado a esse fato, destaca-se que grande parte dos jovens destes assentamentos está optando por sair do meio rural assumindo postos de trabalho no meio urbano, com fins de buscar uma renda independente do trabalho agrícola sem comprometimento com a perpetuação da família no lote. Partindo-se da ideia que a organização da produção reflete as prioridades elencadas pela família, é possível observar que as transformações ocorridas no núcleo familiar oriundas da negligência das práticas de segurança alimentar, está vinculada tanto pela ruptura da essência de agricultor como pela sintonia cada vez maior com as especificidades do meio urbano

Palavras-chave: Essência de agricultor. Estratégias alimentares. Agricultura familiar.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Program of Masters Degree in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

THE (RE)ORGANIZATION PRODUCTION: A STUDY OF FOOD SECURITY IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS SANTA RITA AND SEPÉ TIARAJÚ, CITY OF CAPÃO DO CIPÓ (RS)

AUTHOR: Tanise Pedron da Silva

ADVISOR PROFESSOR : José Antônio Costabeber

Place and Data of the defense: Santa Maria, February 24, 2012.

The power in the countryside passes by recent transformations in the social reproduction of the family is marked by instabilities generated by the negligence of certain practices common to agriculture labor predominantly family. This dissertation aims to identify the possible reasons that limit farmers to be included in your organization productive food security strategies, and to characterize any potential likely to re-establish any food security strategies. To elaborate this thesis, there was first a theoretical study to analyze the internal logic of rural households, demonstrating that the security of supply is intrinsic to the lifestyle of those in rural areas, forming what we call here the essence of farmer ensuring the social reproduction of families. In this theoretical study, we performed a historical review of the different conceptions that food safety has taken over time, analyzing how to incorporate the discourse of capitalist development reaches the power to observe and decide to farmers at the ecosystem, and consequently, achieving a form of organization of production. That same perspective is also analyzed the proximity of the rural with the urban environment, trying to understand the extent to which rural households re-determine its priorities as a result of assimilation of the particularities of the urban environment. From this theoretical effort, we decided to empirical work, adopting the agrarian reform Santa Rita and Sepé Tiarajú, located in the town of Capão do Cipó (RS), through semi-structured interviews with families seeking to demarcate key their similarities and differences regarding the organization of production. Overall, the results pointed to a process in which the settlers in the search for following the guidelines for adoption of technologies in line with capitalist development, have contributed to breaking this particular way of life. Added to this fact, it is emphasized that most young people these settlements are opting out of the countryside taking jobs in urban areas, for purposes of seeking an independent income from agriculture work without commitment to the perpetuation of the family on the lot. Starting from the idea that the organization of production reflects the priorities listed by the family, you can see that the changes in household arising from the neglect of food safety practices, which is bound either by disruption of the farmer as the essence of each line increasing with specificities of the urban environment.

Keywords: Essence of farmer. Feeding strategies. Family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Capão do Cipó, na microrregião Santiago, Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), 2010.	56
Figura 2 – Assentamento Santa Rita.....	57
Figura 3 – Assentamento Sepé Tiaráú.....	58

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1.1 Contextualização, problema de pesquisa e justificativa	11
1.2 Hipótese	18
1.3 Objetivos.....	19
1.4 Delimitação do universo de estudo e ferramentas metodológicas	20
1.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa	22
CAPÍTULO 2 – ESSÊNCIA DE AGRICULTOR E SUA RUPTURA.....	27
2.1 <i>Ser agricultor</i> : a caracterização de uma essência	28
2.2 Essência de agricultor e desenvolvimento.....	33
CAPÍTULO 3 – SEGURANÇA ALIMENTAR NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	38
3.1 Segurança Alimentar: visitando as concepções.....	39
3.2 Segurança Alimentar e a Via Campesina	43
3.3 A sedução pela alimentação moderna	46
3.4 As urbanidades no modo de vida rural.....	49
3.5 Ligando os eixos.....	53
CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA E DINÂMICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ.....	55
4.1 A linha do tempo das estratégias de segurança alimentar	58
4.2 O (re)organizar da produção e sua relação com a dimensão alimentar.....	68
4.3 A reprodução social das famílias assentadas: entre o discurso da base e as concepções da Via Campesina.....	77
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
5.1 Quanto às hipóteses	86
5.2 Quanto aos objetivos.....	87
5.3 Recomendações e considerações.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICES	97

APRESENTAÇÃO

O tema de segurança alimentar tem ganhado um enorme destaque tanto na mídia, quanto no meio acadêmico, sendo alvo de pesquisas nas mais diversas perspectivas científicas. Esse é um tema de extrema relevância, por caracterizar a dimensão prioritária e essencial à vida humana. Entretanto, muitas discussões sobre essa temática caíram no modismo parecendo haver pouca preocupação de alguns investigadores em avançar nesse campo do conhecimento que envolve uma rede complexa de agentes sociais, e que tem seu começo no meio rural com a produção de alimentos.

Essa dissertação de mestrado tem por fim colaborar, com mais um passo, na compreensão e limitações de adoção de estratégias de segurança alimentar no meio rural, em especial, nos assentamentos de reforma agrária. Tendo em vista que o meio rural é o ambiente propício à produção de alimentos, e que é intrínseco aos agricultores colocarem em prática determinadas estratégias de segurança alimentar que mantêm a família com fartura e diversidade de alimentos, e que, hoje, tais estratégias estão, aos poucos, desaparecendo, deve constituir no mínimo motivo de preocupação dos agentes que se propõem a estudar o meio rural.

Esse trabalho é dividido em cinco capítulos. O primeiro traz uma noção mais geral a respeito da temática proposta, apresentando o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos e as hipóteses. No segundo é discutida a noção de essência de agricultor, sendo que é central nesta dissertação, já que sustenta a primeira hipótese. No terceiro capítulo são discutidos os conceitos históricos apresentados para a segurança alimentar, bem como suas transformações, mostrando como esse, ainda, é um conceito em definição e disputa por diferentes grupos da sociedade. Neste capítulo também é apresentado de que forma a relação cada vez mais próxima com o meio urbano pode interferir na decisão dos agricultores sobre a adoção ou não de estratégias de segurança alimentar. No quarto capítulo é apresentado e discutido o estudo de caso dos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, situados no município de Capão do Cipó (RS). E, no quinto capítulo, é apresentada a reflexão final que foi possível se obter

com esta dissertação, propondo-se algumas considerações e sugestões de novas pesquisas que podem ser relevantes para aprofundar estudos nesta temática.

Finalmente, resta afirmar que, de forma alguma, pretende-se fechar a discussão da temática de segurança alimentar no meio rural com essa dissertação. Pelo contrário, busca-se apresentar algumas reflexões que possam contribuir para dar continuidade a outros trabalhos em torno da dimensão alimentar, e, também, colaborar para futuras definições de estratégias de desenvolvimento rural da região alvo desse estudo, já que é impossível traçar metas de desenvolvimento com a respectiva população em uma situação de insegurança alimentar.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Contextualização, problema de pesquisa e justificativa

A questão da alimentação sempre esteve intrínseca à evolução e reprodução humana. Desde os primórdios, o homem sabia que a sobrevivência de seu bando dependia da quantidade e qualidade de frutos colhidos, de animais caçados e do pescado, ou seja, a quantidade e a qualidade eram determinantes à sobrevivência do grupo. A natureza aparece como a responsável pela alimentação que possibilitou a sobrevivência, a reprodução e, por fim, a expansão humana sobre os territórios, graças à riqueza natural dos ecossistemas, que lançavam alimentos para sustento do grupo. Com a prática de se alimentar do que havia ao seu redor, o homem foi desenvolvendo algumas formas específicas de produção, preparação e, posteriormente, conservação dos alimentos, estabelecendo-se ao longo do tempo formas peculiares de se alimentar e de garantir alimentos suficientes para seu grupo, as quais estavam, portanto, conectadas aos processos naturais.

Com a descoberta da agricultura e o sedentarismo, o homem passou a produzir seus alimentos, tendo outra relação com o meio natural, não sendo mais de dependência somente do que a natureza pudesse ofertar em coleta, caça e pesca. Agora sua dependência se dá também nos níveis de fertilidade que os agroecossistemas eram capazes de ofertar para garantir a produção de alimentos. É o que Mazoyer e Roudart (2010, p. 2) chamam de “modificação profunda nos ecossistemas do planeta”, graças à prática do cultivo e da criação; dessa forma o homem passa de uma situação exclusivamente de predação de espécies selvagens para uma situação de cultivador e criador.

Para a discussão estabelecida neste trabalho, o que interessa analisar a partir desta constatação é que a prática de se relacionar com natureza, em busca de alimentos, fez com que o homem fosse criando um vínculo necessário com o seu meio dada a necessidade em produzir seus próprios alimentos. Essa relação do homem com a prática de *fazer agricultura* é crucial para compreender a *essência de agricultor (compreendendo aqui a forma de preparo da terra, a produção das suas próprias sementes, o processamento de alimentos, os laços de solidariedade, as*

festas religiosas típicas do meio rural, entre outras)¹ com a prática de produzir seus próprios alimentos em tempos de uma agricultura contemporânea marcada pelos princípios da modernização².

A produção de alimentos praticada pelas sociedades rurais sempre esteve fortemente ligada às estratégias de sobrevivência dos grupos humanos, caracterizados pela relação bem próxima com a natureza, com *o fazer agricultura*, com os laços sociais e culturais, e que hoje passam por um processo de perda de referências quanto à produção de seus próprios alimentos em quantidade e qualidade para garantir uma dieta saudável. Um dos dilemas nos quais a agricultura se encontra atualmente se refere a esta condição de falta de alimentos em quantidade suficiente para o grupo familiar, ou, de forma simplificada, de um gradual distanciamento das práticas e estratégias consideradas típicas do *ser agricultor*.

Hoje a literatura existente sobre a temática de segurança alimentar no meio rural já estima e comprova, por teorias e estudos empíricos, que está havendo um processo de simplificação da dieta alimentar. Como motivos para tal fenômeno, citam-se as mudanças na organização produtiva que negligencia as estratégias de garantia de alimentos básicos para as famílias, ocasionadas em grande parte pelos princípios da modernização.

Partindo-se da idéia de que é o rural o espaço propício à produção de alimentos, por ter em seu meio as condições para a prática social da agricultura, então é possível indagar porque é justamente neste espaço onde se concentra a maior parte da população em situação de insegurança alimentar no Brasil, conforme aponta os dados do PNAD (2009), em que 35% da população rural se apresentam nessa situação, contra 30% da urbana. Para melhor ilustrar essa questão, podemos refletir sobre porque o rural chegou a uma situação de debilidade alimentar, diferenciando-se daquela antiga imagem de um rural com abundância de alimentos, em que a família mantinha sob seu domínio a segurança alimentar graças a sua

¹ A noção de *essência de agricultor* refere-se à mescla de alguns elementos que dão origem a esse modo de vida específico, podendo ser citados como exemplos: os saberes transmitidos por experiências diárias, os valores tradicionais, a existência de produção agropecuária envolvida com as relações de parentesco, a relação mais próxima com a natureza, caracterizando a essência de vida destes atores sociais que são os agricultores. Entretanto, essa ideia será melhor discutida no marco referencial desta dissertação.

² É importante destacar que tais princípios de modernização mencionados neste trabalho se manifestam tanto na modificação das técnicas da fazer agricultura, através da adoção das inovações tecnológicas, como na transformação das relações sociais e culturais dos agricultores. Como exemplo desta transformação é possível citar a situação de adaptação do meio rural pela indústria, o que ainda vem modificando as relações de sociabilidades e também as relações com a natureza.

sintonia do *saber por fazer* agricultura. Menasche (2008) diz que a produção voltada ao consumo familiar antigamente representava uma época de fartura e diversidade, em que produzir alimentos em quantidade suficiente mantinha a família alimentada, e, ainda havia o reconhecimento da prática de produzir alimentos. Ou seja, através das práticas de produção dos seus próprios alimentos, além de garantir a segurança alimentar do grupo familiar, este mesmo grupo recebia o prestígio por ter sob seu domínio a dinâmica de produzir e consumir, a partir dos recursos e dos saberes presentes na unidade produtiva.

No centro dessa discussão, chama-se a atenção para o caso dos assentamentos de reforma agrária, que, para Bergamasco e Norder (1996), caracterizam-se por ser espaços definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras e estabelecem outros padrões sociais. Entendendo a família como a unidade básica nestes espaços agrários, e que está no comando da gestão da propriedade e se caracteriza por lutar pela sua autonomia, através do fortalecimento dos recursos necessários à sobrevivência, cabe questionar o que está impedindo que as famílias incluam, na organização produtiva, estratégias que garantam a sua soberania e segurança alimentar. Entretanto, é importante salientar que, apesar da família ser a unidade fundamental para a decisão sobre estratégias produtivas que envolvam a produção de alimentos, fatores externos, como políticas e programas, assim como o mercado, atuam na decisão e na ação da família. Tais fatores, por não estarem integrados diretamente à realidade dos assentamentos de reforma agrária, não atendem às limitações e às debilidades dos assentamentos, contribuindo para a desconstrução da autonomia da relação produção e consumo.

Ordóñez Guerrero (2009), investigando os entraves e as potencialidades para atingir a segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária, tomando o caso do assentamento Horto Vergel no interior paulista, obteve como resultados para potencialidades: a produção vegetal, o processamento de alimento e as práticas micro-empresariais, tais como bordados e artesanato, bem como o desenvolvimento industrial das cidades vizinhas, o que poderá possibilitar a geração de ganhos adicionais. Já como entraves, a autora identificou os baixos níveis de renda, a má saúde, a má qualidade dos alimentos (a maioria com elevado teor energético), o elevado número de integrantes por família e a produção vegetal pouco diversificada nos casos das famílias com insegurança alimentar grave.

Entretanto, diferentemente da conclusão de Ordóñez Guerrero (2007), Grisa (2007) identificou que o número de membros por família influencia na decisão de produzir para consumo, sendo que, quanto mais numerosa é a família, maior é o auto-abastecimento. Além do número de componentes na família, Grisa (2007) aponta outros determinantes para a produção de subsistência, tais como as condições técnicas e diferentes fontes de renda. Para a variável “diferentes fontes de renda”, ela afirma que, ao combinar atividades agrícolas com não-agrícolas, a força de trabalho disponível na família é utilizada de forma mais intensa, diminuindo o tempo destinado às produções “pro gasto”. E ainda o repertório cultural, que resulta da herança cultural que é passada entre as gerações, apresenta-se como outra variável determinante, que tem função de guiar as práticas e o comportamento dos agricultores na tomada de decisão sobre as estratégias de segurança alimentar (GRISA, 2007). A falta de expectativas de continuar no campo pode representar o principal fator para os jovens não se interessarem por estratégias que garantam a segurança alimentar da família.

Quanto às práticas micro-empresariais, que para Ordóñez Guerrero (2007) compõem uma potencialidade para atingir a segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária, Chimello (2010) e Grisa (2007) consideram que as unidades familiares geograficamente próximas de mercado ou centro urbanos são mais propensas a diminuir as produções para consumo familiar, estando mais predispostas ao consumo de alimentos comprados. Nesta mesma perspectiva, Silveira e Balem (2007) discutem que a perda da cultura para subsistência, processo que denominam de erosão cultural alimentar em assentamentos de reforma agrária, se deve a dois fenômenos: *a urbanização do rural*, ocasionada pela assimilação dos hábitos urbanos pelo maior contato e com maior frequência deste universo, e ao *modelo de agricultura adotado*, que confere uma agricultura subordinada às cadeias agroalimentares. Perante tal arranjo de idéias, é possível esboçar que o princípio de desenvolvimento pautado na modernização dos processos produtivos da sociedade interfere fortemente na decisão de organizar a produção de forma a incluir ou não as estratégias de segurança alimentar.

A adoção de técnicas modernas na agricultura que, por um lado, propiciou o aumento significativo nos rendimentos agropecuários, por outro lado, deixou um rastro de exclusão, predação e marginalização que contribuíram para romper a histórica ligação do homem rural com a produção de alimentos. Nesse contexto *de*

fazer agricultura com vistas a atender o mercado e negligenciar as estratégias de produção de alimentos básicos, ocorreu um fenômeno chamado erosão sociocultural, que Caporal e Costabeber (2003) associam “à perda de valores que antes orientavam as estratégias de produção e consumo e que asseguravam a manutenção de certos equilíbrios ecológicos, como parte dos mecanismos de reprodução social, causando, também, a perda da qualidade alimentar e nutricional.”

No universo do rural, as questões relacionadas a parentesco, produção agropecuária, valores tradicionais, saberes transmitidos por experiências adquiridas no trabalho diário, proximidade à natureza, mesclam-se, configurando um modo de vida específico e fazendo parte da história dos grupos humanos, muitas vezes associada à bagagem étnica, formando a *essência de agricultor*, que tem relação direta com a produção de alimentos.

É interessante trazer as contribuições de Ploeg (2008), quando afirma que a agricultura está articulada com a *natureza*, com a *sociedade* e com aqueles que têm interesse nela, os quais ele chama de *atores envolvidos*. Para o autor, quando há uma desarticulação em um desses eixos, estar-se-á enfrentando uma crise. Na inter-relação *agricultura e natureza*, por exemplo, diz respeito à destruição sistemática dos ecossistemas pelo avanço da área agrícola e uso de agrotóxicos, ocasionando uma crise agro-ambiental. Para fins deste trabalho de pesquisa lançamos mão destas idéias de Ploeg (2008) para sugerir que, na inter-relação entre o agricultor e a natureza, está imbuída, também, a idéia de *saber produzir alimentos*. Quando a referida crise se manifesta, acaba impactando também esse elo de identificação com a extração de alimentos da natureza, e, em conseqüência, a autonomia alimentar da família.

Com a proximidade cada vez maior entre o rural e os centros urbanos e a decisão de atender o mercado, formaram-se grandes especializações, o que levou uma massa de agricultores a substituir a ordem prioritária das necessidades fundamentais à sobrevivência de suas famílias, privando-as de maior autonomia na equação produção-consumo, além de deixá-las dependentes de fontes externas, em dimensões que vão além da alimentar.

No que diz respeito à autonomia das famílias e buscando sintetizar a reconceituação recém emergente do campesinato e seu papel nas sociedades do começo do terceiro milênio, Ploeg (2008) apresenta as dez características

fundamentais da condição camponesa³, sendo que a primeira faz referência à luta por autonomia. O autor defende que a base de recursos auto-controlada na unidade produtiva contribui para a autonomia das famílias, permitindo certa liberdade a elas, pois leva a uma “redução da dependência” externa à unidade produtiva. Nesta reflexão sobre a autonomia das populações do rural, Grisa (2007) afirma que a estratégia de produção para autoconsumo fortalece essa autonomia, pois permite que as famílias tenham acesso direto aos alimentos sem intermediações, garantindo o controle sobre a segurança alimentar; e, ainda, reduz os riscos e incertezas oriundas da sazonalidade de renda e das instabilidades climáticas. A autora afirma, ainda, que a produção de seus próprios alimentos aproxima os agricultores da identidade social, do auto-reconhecimento social das famílias perante a sociedade (GRISA, 2007).

No contexto dos assentamentos de reforma agrária, entretanto, ainda faltam estudos mais detalhados sobre o que tem causado limitações na organização produtiva de forma a excluir estratégias de segurança alimentar, uma vez que estes espaços se caracterizam por receber orientação nacional de *como fazer agricultura*. Tal orientação baseia-se no discurso de: “una agricultura diversificada, centrada en las personas con mercados locales y modos de vida saludables, usando menos energía y menos dependencia de recursos externos” (Via Campesina, 2008). Ou seja, a Via Campesina orienta os assentados de reforma agrária à organizarem sua produção agrícola de forma que atenda as necessidades humanas, com certo grau de autonomia. É possível observar que os agentes envolvidos com a luta pela terra, com os camponeses da Via Campesina, defendem a transformação da realidade do campo como via para que as comunidades locais tomem controle dos seus recursos, estando a dimensão alimentar intrinsecamente ligada a esse discurso.

Assim, o problema de pesquisa que este estudo busca resolver pode ser sintetizado no seguinte questionamento: em que medida a organização produtiva limita os agricultores de adotarem estratégias de segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, localizados no município de Capão do Cipó (RS)? Para tal análise toma-se como referência o discurso oficial da Via Campesina, que determina para os camponeses a

³ É importante dizer que o autor deixa clara, na sua obra, a distinção entre *condição camponesa*, que compõe determinadas características, e *modo camponês de fazer agricultura*, que determina de fato as especificidades desse modelo de agricultura, baseado nos recursos disponíveis por unidade de produção e relação parcial com os mercados, entre outros.

diversificação das produções e a perspectiva agroecológica como a forma de *fazer agricultura*.

Cabem aqui algumas considerações acerca do problema de pesquisa. Primeiramente, consideram-se como estratégias de segurança alimentar, que historicamente garantiam a autonomia alimentar: as hortas domésticas, geralmente de domínio da mulher, as criações de animais, em especial aves e suínos, o processamento de alimentos com matéria prima oriunda da própria unidade agrícola, as participações em redes curtas de comercialização, tais como feiras locais para a venda do excedente dos alimentos, e ainda, a produção e o sistema de troca-troca de sementes crioulas. A participação em redes curtas toma importância pelo fato de gerar renda extra para os agricultores, o que possibilita a compra de alimentos não produzidos na unidade produtiva, tais como sal, óleo, farinhas, açúcar e café; e ainda pode colaborar na diversificação alimentar das comunidades próximas, pela inserção de alimentos *in natura*, comercializados nas feiras e outras formas de comercialização típicas do meio rural. Quanto ao sistema de troca de sementes entre famílias de agricultores, esta prática assume a importante função de propagar o suporte fundamental da agricultura que se refere a sementes de alimentos, muitos dos quais vêm deixando de ser consumidos no meio rural, tais como: amendoim, ervilha, abóbora, açafrão, batata-abóbora, melão, feijão, tomate, milho, dentre outros.

O estudo da segurança alimentar no contexto de assentamentos de reforma agrária pretende trazer contribuições práticas nesta temática, uma vez que o fenômeno da fome no Brasil representa um importante desafio a ser vencido, para que a nação siga caminhando rumo ao desenvolvimento social e econômico, atendendo à dimensão primordial à existência humana: a alimentação. Vale recordar que o combate à fome compôs uma das pautas prioritárias na agenda do Governo Lula (2003-2010), por meio do Programa Fome Zero, o que vem sendo continuado no presente Governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Maluf (2004) associa que a organização da produção agroalimentar reflete as opções de desenvolvimento de um país (ou região), bem como determina as condições em que os alimentos são ofertados à população em termos de disponibilidade, qualidade e preço. Nesta mesma linha, Norder (1998, p. 04) afirma que “a segurança alimentar é compreendida como um dos pilares para o desenvolvimento do país”.

Já numa perspectiva mais teórica, justifica-se a investigação da segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária pelo fato da prática de produção de alimentos para autoconsumo ser intrínseca ao modo de vida rural. Destaque-se que este modo de vida rural vem experimentando sérias transformações em virtude da dinâmica da vida moderna, merecendo por isso uma investigação mais profunda sobre as causas que levam os agricultores a negligenciarem as estratégias que garantam maior segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Assim, torna-se relevante compreender a dimensão alimentar dos assentamentos de reforma agrária, que recebem uma orientação da Via Campesina e do MST de como *fazer agricultura* e produzir alimentos baseado na diversidade de cultivos agrícolas, com baixo uso de insumos externos, *defendendo a terra* como princípio para a soberania alimentar, e que ao mesmo tempo adotam as ideias do desenvolvimento capitalista.

1.2 Hipótese

Para orientar a condução da presente pesquisa descritiva propõem-se duas hipóteses, que têm por finalidade responder supostamente e provisoriamente a indagação proposta para o estudo em questão. Marconi e Lakatos (1999, p. 30) afirmam que “a hipótese é uma suposição que antecede a constatação dos fatos e tem por característica uma formulação provisória, e ao mesmo tempo orienta a busca de outras informações.”

A primeira hipótese sustenta que nos assentamentos de reforma agrária está ocorrendo uma ruptura da essência de agricultor devido aos assentados estarem sendo envolvidos pelos ideais de desenvolvimento econômico, e este por sua vez está re-constituindo valores, re-organizando a produção, re-configurando a cultura de ser agricultor.

A segunda hipótese supõe que, nos assentamentos de reforma agrária, está ocorrendo uma inversão na ordem prioritária das necessidades essenciais à sobrevivência das famílias, dada a sua proximidade com o universo urbano. Supõe-se que as formas específicas que garantem a alimentação da família, e que sugerem certo grau de autonomia, estão sendo substituídas pela ideia de aumento dos níveis

de renda, tendo contribuído para isso a sintonia cada vez maior entre o meio rural e o meio urbano.

Neste contexto, Ploeg (2008, p. 47) analisa que “para alguns camponeses a auto-suficiência implica na satisfação das necessidades nutricionais da família, entretanto, para outros essa noção se refere puramente ao nível de renda.” Tal processo de inversão na ordem prioritária das necessidades das famílias surge de uma relação mais íntima dos sujeitos do rural com o urbano. Assim sendo, é importante ressaltar que, se os assentamentos de reforma agrária seguem uma orientação de autonomia, de segurança alimentar e de diversificação das produções, a noção de renda não assume em sua orientação oficial o caminho prioritário para atingir tal autonomia que as famílias anseiam.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Às duas hipóteses antes mencionadas associa-se o objetivo geral da pesquisa, que pode ser assim enunciado: identificar as possíveis causas que limitam os agricultores a incluir na sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar, destacando alguma possível potencialidade de retorno à prática dessas estratégias, no contexto dos assentamentos de reforma agrária.

1.3.2 Objetivos específicos

Associados ao objetivo geral estão os seguintes objetivos específicos:

a) Caracterizar a história dos assentamentos e da dinâmica das produções agrícolas a partir da sua implantação, buscando-se evidenciar a trajetória das estratégias de segurança alimentar adotadas pelas famílias de agricultores assentados.

b) Relacionar as estratégias de segurança alimentar adotadas pelas famílias com a organização da produção, com vistas a compreender quais as limitações que se apresentam aos agricultores assentados de reforma agrária.

c) Analisar a concepção dos assentados em relação à lógica da reprodução social, que está diretamente ligada à segurança alimentar, comparando com as orientações emanadas da Via Campesina sobre como *fazer agricultura*.

1.4 Delimitação do universo de estudo e ferramentas metodológicas

Essa breve contextualização traz a questão central desta dissertação: investigar quais aspectos que limitam os agricultores assentados de incluir na sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar. Relega-se dessa forma, para segundo plano, a busca pela autonomia familiar perante o mundo externo à unidade produtiva. Assim, a definição do ambiente e dos indivíduos se torna central para responder ao problema de pesquisa.

O universo de estudo é compreendido como o conjunto de fenômenos, apresentando uma característica em comum, enquanto a amostra é definida como um subconjunto do universo em que estabelecem estas características (MARCONI; LAKATOS, 2001). Assim, a delimitação do universo do estudo consiste em explicitar quais pessoas ou fenômenos serão pesquisados, de modo a apresentar suas características comuns, que poderão ser trabalhadas através de uma amostra como critério representativo.

Sendo assim, adotaram-se como universo de estudo os assentamentos Sepé Tiarajú e Santa Rita, localizados no município de Capão do Cipó (RS), focando na adoção (ou negligência) das famílias em manterem sob seu domínio estratégias de segurança alimentar. A garantia da segurança alimentar pode dar-se de diversas formas, como, por exemplo, pela via da renda através da compra de alimentos, entretanto, neste trabalho buscou-se investigar as práticas de autoconsumo das famílias como forma de garantia de segurança alimentar.

O assentamento Santa Rita foi implantado no ano 1987, sendo 45 famílias assentadas, e o assentamento Sepé Tiarajú foi implantado em 1988, sendo 25 famílias assentadas. Embora existam no município quatro assentamentos de

reforma agrária, a opção pelos dois mencionados se deve ao fato de já haver uma relação mais próxima entre a autora e as famílias assentadas. Vale mencionar que autora desta dissertação fez seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado no Curso de Agronomia, na UFSM, tendo como referência empírica estes espaços, sendo diagnosticada na época a situação de insegurança alimentar das famílias (SILVA, 2009) que colaboraram na pesquisa.

A partir disso, decidiu-se pela realização deste estudo, no aspecto da adoção de estratégias de segurança alimentar e de organização da produção, entre os assentamentos Sepé Tiaraju e Santa Rita, demarcando suas semelhanças e diferenças. Este estudo nestes assentamentos toma fôlego pelo fato de existir uma diferença na organização dos assentados pós implantação dos assentamentos, pela diversidade sociocultural, pela integração com mercados, e pela diferença de interesses na organização produtiva inicial. Ou seja, se para alguns assentados a conquista do lote é sinônimo de liberdade e autonomia que garantem seu modo de vida baseado no trabalho da roça, para outros assentados essa conquista significa a possibilidade de abastecer o mercado com vistas a obter um nível de renda que lhe permita “uma vida melhor”.

Quanto à delimitação do público a representar a amostra do universo de estudo, dedicou-se maior atenção àquele que mantém sua história de vida relacionada diretamente com a agropecuária, e vínculo igualmente direto com a trajetória de lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este recorte pretende abarcar as famílias que se utilizam de um saber-fazer e de todo o universo de relações que são típicas do modo de vida do rural, conectadas diretamente com a produção de alimentos.

Assim, as informações de campo foram obtidas através de entrevistas com os primeiros assentados. As entrevistas com os assentados mais antigos tomam importância para o recorte da trajetória das estratégias de segurança alimentar nos assentamentos. É importante destacar que as entrevistas priorizaram o público feminino, já que, em grande parte, são as mulheres as responsáveis tanto pela produção de alimentos próxima a casa, como pelo seu preparo e armazenamento.

Haguette (1995, p. 86) define entrevista como “um processo de interação social entre duas pessoas, [...] e que tem por objetivo a obtenção de informações [...]”. Almeida (1989, p. 114) considera a entrevista como um “instrumento excelente para pesquisa de campo”, e que “difere da simples conversa pelo fato de ser

deliberadamente planejada com intenção de alcançar um objetivo específico pelo uso de técnicas adequadas.” Assim, compreende-se que a entrevista é uma forma de interação entre pesquisador e entrevistado, e, para que nesse momento, seja possível identificar as questões essenciais para a pesquisa, é preciso definir o método pelo qual a entrevista será realizada. Para fins desta pesquisa, foi utilizada a entrevista semi-estruturada (ver Apêndice), definida por Triviños (2006) como aquela que parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogações. O mesmo autor esclarece que as perguntas fundamentais que constituem a entrevista semi-estruturada nascem da teoria e de toda informação que o investigador possui sobre o fenômeno que lhe interessa (TRIVIÑOS, 2006).

1.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa ocorreu em três momentos importantes. O **primeiro momento** contou com a definição do problema e elaboração do objetivo geral, do referencial teórico e do público alvo deste estudo.

Para a elaboração do referencial teórico buscou-se estudar as literaturas que tinham como foco a segurança alimentar relacionado-a a organização produtiva, dando maior atenção para o contexto dos assentamentos de reforma agrária. Com isso foi construída, aos poucos, uma reflexão teórica que buscava justificar porque os assentados de reforma agrária não incluem mais em sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar. Paralelamente à elaboração do referencial teórico participou-se de atividades complementares, tais como palestras, seminários e eventos que abordavam a temática, o que se mostrou muito importante para a reflexão e revisão da proposta de trabalho.

Com essas reflexões iniciais foi possível apurar o objetivo geral, os objetivos específicos e a hipótese deste trabalho.

O **segundo momento** consistiu na vivência a campo, a fim de investigar, por meio das entrevistas semi-estruturadas, a trajetória dos assentados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como o seu cotidiano referente à organização da produção. É importante destacar que, nesse momento de aplicação

das entrevistas, com o auxílio de um gravador de voz, foram definidas as *famílias-chave* para esta pesquisa. Seguiram-se os seguintes critérios de definição: primeiros assentados, por terem vivenciado o momento de implantação do assentamento e as dificuldades iniciais perante um agroecossistema desconhecido; famílias que tinham trajetória no MST e que conheciam a orientação das lideranças nacionais e internacionais do movimento; e famílias que tinham origem no meio rural, o que as identificava com os aspectos da *essência de agricultor*. Do conjunto das famílias dos assentamentos, foram selecionadas oito famílias do assentamento Santa Rita e seis do assentamento Sepé Tiarajú, representando 20% e 24% respectivamente do total das famílias de cada assentamento. Porém, cabe destacar que nesse universo havia vários assentados que não possuíam origens no MST e que não tinham passado por um processo de *conquista da terra* assim como os demais; optou-se, então, por excluí-los das entrevistas.

Também merece registro o fato de que, em ambos os assentamentos, há famílias chamadas de “compradores” pelos demais assentados. Tais compradores não foram acampados, ou até estiveram por algum tempo, mas acabaram comprando o lote, sendo mais tarde regularizados pelo INCRA. No entanto, em conversas informais com essas pessoas observou-se que não havia uma identificação delas com a luta do MST, não participando dessa forma de atividades políticas por não concordarem com a própria existência de assentamentos de reforma agrária. Ainda assim decidiu-se por entrevistar um desses “compradores”, como forma de captar um outro extremo da realidade nos assentamentos pesquisados.

O número total de entrevistas para esta pesquisa foi definido tendo-se o cuidado de verificar a repetição (ou saturação) das respostas dos entrevistados, bem como de envolver as famílias que acompanharam mais de perto a história dos assentamentos. Assim, os entrevistados foram escolhidos de acordo com os critérios citados anteriormente, e, dessa forma pode-se dizer que a amostra de campo foi intencional, ou seja, buscou-se por entrevistados que fossem relevantes à pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 1999).

A vivência a campo, que durou de 08 a 14.11.2011, nos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, possibilitou ao pesquisador dialogar com famílias de assentados e com lideranças, permitindo contextualizar a realidade em torno das estratégias de segurança alimentar e da organização histórica da produção, bem como identificar

gargalos e potencialidades nessa trajetória. Uma passagem interessante que ocorreu no período das entrevistas foram as várias cuias de chimarrão e os mais variados tipos de biscoitos, broas e bolos, ocasião em que as mulheres afirmaram estar aos poucos voltando a preparar estas receitas pelo fato do moinho agroindustrial estar começando a funcionar, e estar moendo milho e mandioca para fins ainda de autoconsumo. Segundo os relatos dessas mulheres, determinadas receitas tinham sido abandonadas pela negligência na produção e moagem de milho para consumo familiar. Entretanto, com a perspectiva do início das atividades do moinho, muitas famílias estão, aos poucos, voltando a cultivar milho, ainda que em caráter experimental e em pequena escala. Esse fato contribuiu para que se estabelecessem verdadeiros momentos de relação de confiança entre entrevistadora e entrevistados, o que tornou mais fácil o diálogo e a interação. O tempo de cada entrevista variou bastante: de poucos minutos até mais de uma hora. É importante ressaltar que, durante as entrevistas de assentados que acompanharam a implantação dos assentamentos, momento este marcado pelo fato de que “não tinha nada, nada quando chegamos aqui. Só mato!”, alguns desses assentados se emocionaram haja vista as recordações de um tempo de extrema dificuldade. Grande parte dos assentados entrevistados se emocionou e contou a sua história de acampado e de chegada ao assentamento, com lágrimas nos olhos.

Durante o trabalho a campo contou-se com o uso de um diário de campo, que se mostrou um excelente instrumento de registro de informações, das percepções e das reflexões no momento e após as entrevistas.

Outro fato importante a registrar é que, após cada entrevista, buscava-se visitar a área de horta, de pomar, de galinheiro, do potreiro, como forma de ratificar as informações colhidas pela entrevista. Para surpresa, em alguns casos, era fortemente percebida a supervalorização destes espaços, divergindo do depoimento inicial. Tal fato pareceu estar ligado com o receio e até mesmo embaraço pela família não estar produzindo, ou produzindo muito pouco, estando, muitas vezes, dependendo de aposentadorias, fato muito comum nas famílias visitadas. Porém, em outros casos, era clara a satisfação e o orgulho em mostrar o lote com estratégias utilizadas que mantinham o grupo familiar, para uma visitante de longe.

Ao refletir sobre o processo de construção e re-construção sucessivas das organizações produtivas na tentativa de se adequar ao ambiente desconhecido pelos recém assentados, somado às oportunidades financeiras propostas pelo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), observaram-se mudanças no aspecto (de decisão) do que produzir e nas estratégias definidas pelas famílias nos seus respectivos lotes. As mudanças observadas na dimensão alimentar são um elemento caracterizador desses espaços agrários.

Sobre as entrevistas realizadas entre os assentados de reforma agrária, são válidas algumas ponderações referentes à assistência técnica, que no caso destes assentamentos é realizada pelos agentes da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec)⁴.

A assistência técnica é feita por apenas dois agentes da COPTec, que atendem 206 famílias, sendo que a relação recomendada pelo INCRA é de um técnico de ciências agrárias para cada 125 famílias (INCRA, 2008). Entretanto, mesmo que o corpo técnico de Capão do Cipó (RS) atenda o número recomendado de famílias, observa-se uma quantidade exacerbada de trabalho. Os dois técnicos presentes na área não estão conseguindo atender toda a demanda de trabalho. As famílias assentadas afirmam ocorrer essa sobrecarga de trabalho dos técnicos.

As conversas e entrevistas marcadas com os agentes da assistência técnica e extensão rural acabaram não acontecendo, por falta de oportunidade de entrevistá-los. Para compensar esta dificuldade, foi estabelecido um contato com o Núcleo Operacional São Miguel, em que foi manifestado um comprometimento de parte dos técnicos em retornar o contato com o preenchimento do roteiro de entrevista para fins desta pesquisa, já que não foi possível fazê-lo a campo. Entretanto, não houve retorno da assistência técnica, nem com as entrevistas e nem com as tentativas de contato feitas novamente. Assim, a dificuldade de se conseguir conversar com a assistência técnica sobre essa pesquisa chamou a atenção para dois aspectos: o primeiro, de que realmente falta tempo para os técnicos atenderem a tantas demandas no assentamento; o segundo aspecto se refere a uma suposta falta de sistematização das atividades acadêmicas que estão acontecendo nesses assentamentos, por parte do INCRA. Muito estudantes e pesquisadores entram, visitam, pesquisam, entrevistam, e vão embora, com certo desconhecimento pelos agentes “responsáveis” por estes espaços agrários. Disso resultam dois efeitos: um deles é a falta de contribuição dos estudos acadêmicos realizados para os futuros planejamentos do assentamento. Como são estudos que não são aproveitados

⁴ O Núcleo Operacional São Miguel atende seis localidades, com dezessete assentamentos.

pelos agentes de desenvolvimento, permanecendo apenas no âmbito acadêmico, não proporcionam subsídios para esses planejamentos. O outro efeito se refere à debilidade parcial que esses mesmos trabalhos acadêmicos podem conter, uma vez que a ajuda da assistência técnica, tanto em entrevistas como facilitando a visita aos assentados, é bastante negligenciada, para não dizer ignorada ou desprezada.

A dificuldade em trabalhar com os agentes da assistência técnica dos assentamentos de reforma agrária, ao menos nessa região do Estado, constitui um problema que parece persistir nos assentamentos de reforma agrária. Requer-se então, uma melhor avaliação crítica do INCRA e das entidades envolvidas nas atividades de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos de reforma agrária.

O **terceiro momento** da pesquisa se deu pelas transcrições dos conteúdos coletados durante as entrevistas, paralelamente ao processo de reflexão entre a observação a campo e o referencial teórico, tendo como fruto as análises, interpretações e discussões que tornaram possível finalizar esta dissertação.

CAPÍTULO 2 – ESSÊNCIA DE AGRICULTOR E SUA RUPTURA

*“O chão da roça não produz apenas agricultura,
mas também agricultores [...]”
(Woortmann e Woortmann, 1997, p.70)*

Antes de começar a discutir as estratégias de segurança alimentar no contexto dos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, se faz necessário esclarecer a conceituação elaborada sobre essência de agricultor.

Nessa primeira parte do referencial teórico é feita uma caracterização da essência de agricultor, que se refere a uma série de peculiaridades que serão discutidas neste capítulo. Nesta caracterização, o objetivo é analisar a lógica interna das famílias de agricultores, buscando-se evidenciar que a garantia da dimensão alimentar sempre esteve intrínseca à essa essência tanto na produção, sob a responsabilidade do homem, como do preparo do alimento, pela mulher. Woortmann e Woortmann (1997, p. 53), sob este aspecto, associam que o consumo alimentar revela a competência do pai de família na produção de alimentos no roçado, enquanto que a disponibilidade de alimentos, tanto nutricional quanto em quantidade para cada refeição, expressa a competência da dona de casa no controle, armazenamento e distribuição do consumo alimentar da família. Nesse sentido, nota-se que tanto para o chefe de família quanto para a mulher há uma noção prioritária de manter a dispensa com alimentos suficientes para a manutenção do grupo familiar. Entretanto, é importante frisar que a mulher mantém sob seu domínio determinadas estratégias que asseguram a diversificação alimentar da família, e que em muitos casos este trabalho se apresenta, equivocadamente, como de pouca importância.

Neste contexto, em que a produção de alimentos se apresenta vinculada a essência de agricultor, discute-se como esta peculiaridade é influenciada pelos mercados, uma vez que as unidades familiares de produção re-orientam os recursos disponíveis com vistas a atender as demandas de mercado. Estabelece-se, desta forma, uma nova lógica interna em que o agricultor não se sente mais agricultor, dada a incorporação do discurso de desenvolvimento que sugere o bem-estar

também para o mundo rural, resultando no processo que chamamos aqui de ruptura da essência de agricultor.

2.1 *Ser agricultor: a caracterização de uma essência*

Uma das referências teóricas que hoje são tomadas para discutir o modo de vida específico dos sujeitos do meio rural é o estudo de Woortmann e Woortmann (1997). Na obra intitulada “O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”, os autores procuram compreender a lógica do campesinato, em meio aos processos produtivos que os camponeses eles estão envolvidos, tomando como estudo de caso o estado de Sergipe. No decorrer da obra, observa-se que o saber-fazer, seja por experiência diária, seja por conhecimentos transmitidos por gerações passadas, constrói espaços sociais típicos deste modo de vida, que é expresso no trabalho diário das famílias camponesas.

[...] o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também sociais e de gênero. O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, [...] em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 10)

Para os mesmo autores, é o saber que permite utilizar os recursos e os instrumentos disponíveis na unidade de produção, porém orientado pela sua tradição, pela sua cultura (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Ou seja, para as sociedades rurais só existirá o fruto do trabalho se existir o saber de como fazer ou de como produzir, com referência no que lhe foi transmitido ou apreendido durante sua vida. Assim, a prática social da agricultura não produz somente variedades alimentícias, produz também uma essência natural de um modo de vida, denominado agricultor.

Em meio a esse universo de características que envolvem o saber por fazer, Woortmann e Woortmann (1997) ainda lhe conferem a questão do poder, pois na hierarquia familiar da unidade produtiva a figura do pai somente governa porque contém o saber, que é fundamental para a reprodução da estrutura social.

Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber “técnico” que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico. Exerce-se o poder porque se detém o saber. [...] e esse domínio do saber trabalhar que torna o homem [...] em adulto pleno, capaz de constituir nova família. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12).

Esse raciocínio do homem se tornar pleno, sugerido pelos autores, não se refere somente ao fato de o indivíduo trabalhar em todas as etapas de produção, mas sim em deter o saber inerente ao modo específico dos sujeitos do meio rural, que pode permitir certo grau de autonomia nas decisões da equação produção-consumo. Assim, a esse domínio do saber-fazer por parte do agricultor, referindo-se às técnicas e organização da produção, que relaciona o agricultor com o seu meio, Woortmann e Woortmann (1997) chamam de “saber é poder”. Pois se o agricultor domina as técnicas e o poder de decidir e agir na unidade produtiva, dependerá muito pouco das variáveis externas.

Ainda nesta perspectiva de caracterizar a essência do modo de vida dos sujeitos do meio rural, Balem e Silveira (2002, p. 5) caracterizam o termo agricultura a partir da sua etimologia, que a define como a *Cultura do Agro*, que significa um “conhecimento histórico e socialmente instituído pela prática social do homem que trabalha na terra sobre um determinado espaço agrário”. Os autores ainda associam que “a leitura particular que o agricultor faz de seu agroecossistema e das decisões e ações que tem efetivado em sua experiência, é um elemento constituinte da cultura de agricultor” (BALEM e SILVEIRA, 2002, p. 5). Entretanto, é importante dizer que a prática da agricultura não se dá simplesmente pela interação do agricultor com o ecossistema que ele está inserido e que representa seu espaço de trabalho. A prática da agricultura se dá por uma mescla de elementos que complexificam a figura de agricultor. Além da questão do saber-fazer, citam-se: a satisfação com a atividade realizada, o valor que o ambiente simboliza no seu cotidiano, o sentimento de adoração pelo trabalho na terra, seu orgulho em produzir alimentos, suas crenças relacionadas às especificidades locais (como as lendas) e do seu próprio trabalho.

Em meio a essa discussão, sugere-se que a modernização da sociedade deixou impactos na caracterização dos indivíduos do meio rural. Balem e Silveira (2002, p. 07) agregam esses impactos à “expropriação do agricultor a condição de decidir e agir com base em sua cultura, da compreensão do agroecossistema e de

seu conhecimento adquirido das gerações passadas”, e ainda a “retirada do exercício da observação permanente do desenvolvimento das culturas”, graças aos padrões técnicos estabelecidos, impedindo que o agricultor tenha o poder de reconstruir uma resposta frente às possíveis crises que possam ocorrer na unidade de produção agrícola.

Woortmann e Woortmann (1997) afirmam que o trabalho cotidiano dos agricultores gera espaços sociais e de gênero, fortemente calcados em sua tradição, em sua cultura, enquanto que Balem e Silveira (2002) afirmam que o trabalho na terra constrói o conhecimento histórico e social referenciado na cultura de agricultor. Assim, é possível perceber que ambos os trabalhos trazem a noção de que a *labuta* diária na roça contribui para formar a essência de agricultor, com um universo completamente diferente de qualquer outra categoria da sociedade. Como exemplo é possível analisar a organização do tempo e do espaço do modo de vida dos sujeitos do meio rural, que se distingue de outros grupos sociais, pelo trabalho realizado, por exemplo, nos períodos de menor penosidade, e de organização do espaço de acordo com a função: horta, lavoura comercial, criação de animais. A partir do entendimento dessas noções aqui discutidas, é importante esclarecer que, para fins deste trabalho, sugere-se que, quando há um distanciamento desse modo tradicional de fazer o trabalho agrícola (fazer agricultura) baseado em formas específicas de organização da produção, é porque está havendo uma diluição das peculiaridades dessa essência de agricultor. Esta afirmativa decorre da compreensão de que está se perdendo o saber-fazer que historicamente se expressou no cotidiano das famílias, ganhando impulso com a ideia de desenvolvimento transmitida ao meio rural, e que só seria obtida através da modernização dos processos produtivos e dos próprios agricultores.

Outro trabalho que pode ser analisado é “Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores”, de Garcia Jr. (1983). Em estudo realizado no nordeste brasileiro sobre as condições de vida e trabalho dos pequenos agricultores periféricos à plantação de cana-de-açúcar, o autor registra as transformações das condições sociais do grupo pesquisado. Um dos pontos centrais que Garcia Jr. analisa, na relação entre os pequenos agricultores e a plantação canavieira, “se refere à perda ao acesso às formas tradicionais de se obter subsistência⁵, passando

⁵ Subsistência se refere a “aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social da família” (GARCIA, Jr., 1983, p. 16).

a depender dos salários obtidos pelos dias de trabalho, para aquisição de alimentos que antes eram obtidos na própria unidade de produção.” (GARCIA Jr., 1983, p. 16).

Assim, quando se reconhece os agricultores como guardiões de um saber-fazer gerado pela prática da agricultura, é possível lhes conferir dignidade e cultura de ser agricultor. E quando se encontram no meio rural comunidades em vias de dissipar essas práticas típicas de construir seu saber calcado no trabalho diário, abandonar práticas de organização e observação para pensar, decidir e agir na unidade produtiva, observa-se um processo de apropriação das cadeias agroalimentares sobre essa essência de agricultor, contribuindo para descaracterizar este modo típico de vida, sob o falso discurso de desenvolvimento pela via de mercado. Esse processo de apropriação contribui decisivamente para aproximar as famílias rurais do materialismo que o mercado proporciona, resultando num distanciamento do ambiente e das características da essência de agricultor: como o saber-fazer, o orgulho de ser agricultor e produzir alimentos, satisfação com a atividade que realiza as relações sociais e culturais típicas dessa categoria, tais como as redes de solidariedade representadas pelos mutirões, as festas típicas do universo rural, até mesmo a ligação com a imagem que determinados cultivos transmitiam. Como um exemplo dessa apropriação pode-se citar o caso do cultivo do milho, que em determinado tempo transmitiu a imagem ligada à estratégia de segurança alimentar da família graças às suas diferentes formas de consumo, além também de garantia de nutrição animal, em épocas de baixa oferta de forragem. Entretanto, a introdução de variedades oriundas do melhoramento genético desta mesma cultura passou a ser sinônimo de lucro para as cadeias agro-alimentares e sinônimo de base alimentar mundial. Nesse processo o agricultor também foi transformado, passando a assumir o papel de agente produtor de mercado com função delimitada, dificultando a recriação contínua da vida de agricultor. Krone (2011), analisando a participação do cultivo do milho em espaços de assentamentos, afirma que o milho é um dos principais produtos da agricultura camponesa, sendo central na produção de autoconsumo e na reprodução social das famílias, além de ser utilizado na engorda animal que abastecerá a família em carne, ovos, leite e seus derivados.

Entretanto, para finalizar essa seção, cabe destacar que as transformações ocorridas no meio rural, hoje representadas pelo discurso do desenvolvimento que abrange para o meio rural a ideia de sair do atraso através da estreita integração

com relações de mercado, não implicam necessariamente na completa desconfiguração do espaço rural. Tais transformações na vida social e cultural ocorrem de forma descentralizada, o que pode demarcar reestruturações do modo de vida em certas regiões, e não consolidadas em outras. Assim, seria demasiado arriscado afirmar aqui que o desenvolvimento que está re-construindo valores, re-organizando a produção, re-configurando a cultura de ser agricultor, significa uma completa destruição do meio rural. Se tal processo de desaparecimento do rural está ou não em vias de acontecer, não é objetivo deste trabalho aprofundar esta discussão.

2.1.2 Essência de agricultor como modo de vida

Pode-se compreender que a essência de agricultor se refere a todas as características que são intrínsecas aos agentes que vivem no meio rural. Neste aspecto, Mazoyer e Roudart (2010) associam que para um indivíduo ou comunidade *ser agricultor* é preciso uma série de condições ecológicas, sociais e culturais.

Para tanto, sugere-se no presente trabalho que a essência de agricultor é composta por: saber e praticar os conhecimentos herdados dos antepassados, praticar a agricultura por experiência diária com o meio natural (saber-fazer), ter satisfação e orgulho de pertencer ao meio rural, ter autonomia em decidir e agir no agroecossistema em relação ao mercado externo, manter sob seu domínio formas tradicionais de produção de subsistência (estratégias de segurança alimentar), manter e ainda participar das redes de solidariedade (tais como os mutirões) e das festas rurais típicas de cada região.

Analisando a passagem das sociedades caçadoras-coletoras para as sociedades de agricultores, Mazoyer e Roudart (2010, p. 107-108) relatam que a reunião das condições técnicas, demográficas e econômicas (tempo de trabalho) permitiu que esse processo se desse de forma rápida, e a grande constatação dos estudiosos foi que “uma mudança técnica econômica não pode realizar-se sem profundas transformações sociais e culturais”. Assim, tanto a organização da produção como as regras sociais e culturais podem ser impactadas com as

transformações ocorridas na prática da agricultura, interferindo diretamente no que aqui chamamos de essência de agricultor.

2.2 Essência de agricultor e desenvolvimento

Após essa caracterização da essência de agricultor fortemente vinculada com o seu trabalho cotidiano, gerador de um modo específico de vida, é passível problematizar essa noção com as ideias desenvolvimentistas impostas ao mundo rural ainda na década de 1950, que transformou também o universo rural e que contribuiu para alterar essa essência.

O surgimento da noção de desenvolvimento está vinculado à área da biologia, referindo-se “ao processo através do qual os organismos atingiam seu potencial genético”, e teve a passagem do seu conceito para o contexto social durante o século XVIII (ESTEVA, 2000, p. 62). No entanto, foi com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a proposta norte-americana de progresso que o mundo passou a conhecer o significado do termo desenvolvimento. Esteva (2000, p. 65) analisa que a noção de desenvolvimento, com duzentos anos de significado histórico-político, foi “usurpada e transformada”, pois milhares de sujeitos no mundo migraram para uma imagem de subdesenvolvidos, na perspectiva de uma minoria homogeneizante. Essa usurpação e transformação das sociedades ocasionada pela noção de desenvolvimento, apontada pelo autor, se refere à aplicação dos avanços científico e industrial com vistas a desenvolver as populações que foram estigmatizadas pela imagem de subdesenvolvidas, transformando várias dimensões da vida humana, inclusive as culturas locais. Tal noção aplicada às diferentes sociedades difere completamente da proposta inicial da biologia, que incorporava as potencialidades dos organismos como propulsoras das suas competências. Kliksberg (2000 apud ORDAZ, 2006, p. 148, tradução nossa) considera que o objetivo final do desenvolvimento está ligado à ampliação das oportunidades dos sujeitos em desenvolver suas capacidades.

O avanço industrial sobre o rural desencadeou transformações em várias dimensões da vida específica dos sujeitos do rural, vindo a significar uma reestruturação produtiva, econômica, social e cultural. Em meio a esse processo,

ênfatiou-se a desvalorização das diversidades locais, limitando as complexidades da vida humana, formando novas lógicas e identidades locais a partir da homogeneização global. Sob esse aspecto, Belinazo e Jacomeli (2006, p. 6) associam que a cultura de um povo é a mola propulsora do conhecimento e da forma de agir, permitindo conhecer sua organização, estrutura, funcionamento e crenças. Ou seja, as diversidades culturais que caracterizam um povo são antagônicas às idéias desenvolvimentistas vigentes, calcadas na industrialização e massificação global. Nesta perspectiva, o modelo de desenvolvimento capitalista, que se firma sob o argumento de proporcionar melhor qualidade de vida às sociedades, ocorrem as (re)configurações das diferentes dimensões na vida humana. Isto é o que Ploeg (2008, p. 28) denomina de “destruição do capital ecológico, social e cultural”.

Assim, a idéia de desenvolvimento se apresentou como caminho a ser seguido pelas populações rurais, tendo um sentido puramente materialista e desconectado das realidades e das capacidades locais de cada população.

A ideia de progresso, desenvolvimento e demais idéias sociais atualmente universalizadas formaram-se no hemisfério norte. Nos países da América Latina, Ásia e África, essas idéias já chegaram elaboradas. Não surgiram internamente nem foram legitimadas a partir de um processo social de observação dos seus resultados nem pela consciência da população local. (BUARQUE, 1993, p. 48-49).

Na construção do desenvolvimento global, o rural incorporou atribuições que extrapolaram a sua histórica vinculação com a produção de alimentos. O desafio de participar do mercado internacional, através do incremento produtivo, de produzir alimentos e “commodities” e ainda fornecer mão de obra ao urbano, trouxe uma série de conseqüências ao mundo rural. Valente (2002, p. 114) associa que, com o avanço do processo de globalização da economia, torna-se chave incorporar a análise da questão da segurança alimentar, pois “o neoliberalismo enxerga que a segurança alimentar se dará pela liberalização do comércio, queda nos preços, eliminação dos estoques reguladores, aumento do comércio internacional”. Ou seja, é uma concepção de segurança alimentar que sugere o atrelamento da produção de alimentos aos mercados agroalimentares, sob a dependência dos níveis de renda familiar.

Berthoud (2000, p. 132), analisando o mercado a partir da década de 1980, diz que, apesar de inúmeras dificuldades e retrocessos, os agentes responsáveis pelo desenvolvimento ainda tomam o “mercado como o único caminho viável para o desenvolvimento”, e ainda associa que, para estas mesmas mentes, tal desenvolvimento só será viável para aqueles que se “libertarem de suas tradições, a fim de dedicar-se à busca do lucro econômico em detrimento de todo um conjunto de obrigações”. Para o autor, essa escolha parece ser o preço que as sociedades terão que pagar em prol da construção do desenvolvimento (BERTHOUD, 2000, p. 132). Para as sociedades tradicionais aceitarem as noções de mercado e tecnologia, será necessário primeiramente superar os “obstáculos simbólicos, morais, mitos, cerimônias, rituais, e outras coisas semelhantes” que se caracterizam como práticas inibidoras ao desenvolvimento (BERTHOUD, 2000, p. 135).

Buscando atender as necessidades geradas pelo desenvolvimento, as unidades de produção familiares re-orientaram o foco dos seus recursos disponíveis, sob a falsa premissa de eficiência por meio da adoção de tecnologias industriais como sinônimo de crescimento, o que poderia, neste sentido, melhorar a condição de vida dos agricultores.

Assim, as históricas características da essência de agricultor, diante das transformações advindas do mercado, foram re-modeladas, impactando, dentre outras dimensões, a lógica interna de organização da produção que, no passado, estava alicerçada no saber-fazer do trabalho na roça. Porém, hoje esta organização produtiva aparece sem a preocupação de incluir estratégias de segurança alimentar. Dessa forma, a compra de alimentos em redes de supermercados passou a ser comum entre as famílias do meio rural, dada a comodidade em comprar e não produzir (cabe destacar que o apelo da mídia tem papel importante), e também pelos preços relativamente baixos dos alimentos industrializados⁶. Assim, o domínio da garantia da reprodução social destas famílias, bem como a sua ligação com o meio natural e a produção de alimentos, aos poucos vão sendo diluídos.

Nesta perspectiva do agricultor moldado pelas demandas do processo de desenvolvimento da sociedade, a re-configuração da unidade produtiva passou a ser inevitável. A demanda que, uma vez se caracterizava pelo autoabastecimento

⁶ Aqui refere-se à produção de alimentos industrializados em massa, que colabora para a queda no seus preços. Entretanto, é importante ressaltar que, desde 2008, os alimentos sofreram um ligeiro aumento nos preços em virtude da crise econômica do mesmo ano.

familiar, referenciada no saber-fazer, transformou-se em uma agricultura de mercado (baseada nas tecnologias industriais) que transformou, também, a lógica interna das famílias. Esta agricultura de mercado, no presente trabalho denominada de agricultura industrializada, passou a incorporar outras dimensões que a agricultura tradicional não tinha como primordial: a diversificação de diferentes fontes geradoras de renda, bem como o aumento do nível de renda, elevados ao posto de prioridade para a família rural, com vistas a se desenvolver.

Com essa idéia, as transformações ocorridas na dimensão alimentar desvincularam cada vez mais as sociedades rurais da fonte produtora de alimentos, sendo que o baixo custo relativo dos alimentos industrializados, a facilidade e a comodidade de lançar mão de alimentos, além do “status” de consumir determinados produtos, contribuíram decisivamente para que muitas famílias abandonassem as ações estratégicas de garantia alimentar, tornando-se dependentes de uma única fonte fornecedora de alimentos: a indústria. Nessa discussão é importante demarcar que o ponto de estrangulamento diz respeito ao fato das famílias rurais não terem autonomia de escolha de qual sistema alimentar (industrial, orgânico, produções de autoconsumo) farão parte, já que a dependência do sistema industrial alimentar faz com que as pessoas esqueçam do prazer da prática de ingerir alimentos tradicionais de família, produzidos por elas mesmas. É uma mudança que deixa claro o conflito profundo no meio rural entre comprar e produzir alimentos, dada a falta de uma cultura alimentar que implicaria no que Pollan (2007, p. 13) chama de dilema de onívoro⁷, e que abre uma grande oportunidade para os “marqueteiros especializados em comida.” O autor analisa que a ansiedade exacerbada provocada pelo dilema do que comer é uma grande oportunidade para a indústria de alimentos saciar essas ansiedades com novos produtos.

Nesse contexto, Pollan (2007) também destaca a importância de existir várias cadeias alimentares, que permitam que as pessoas tenham a oportunidade de escolha de qual cadeia alimentar farão parte. Pois “a comida significa um enorme número de valores”, que está “sendo ameaçado pela globalização, incluindo o caráter particular de identidades e culturas locais, a sobrevivência de paisagens

⁷ Dilema do onívoro se refere ao fato dos indivíduos poderem “se alimentar de qualquer coisa que a natureza tenha para oferecer, decidir o que se deve comer irá necessariamente provocar ansiedade” (POLLAN, 2007, p.11), perante a diversidade que esta apresenta, podendo ser resumida numa pergunta: O que comer na próxima refeição?

locais e a biodiversidade” (POLLAN, 2007, p. 273). Ou seja, está havendo uma adaptação dos hábitos e práticas alimentares, graças às inovações tecnológicas dos produtos advindos da indústria e que pela bagagem cultural alimentar apreendida dos antepassados, não poderiam se enquadrar como alimento.

Neste aspecto de produção industrial de alimentos, outra questão que merece reflexão diz respeito ao descompromisso profundo entre a agricultura e o mundo natural, que foi simplificado pela artificialização da produção de alimentos, reconfigurando outra dinâmica de obtenção de alimentos (a fabricação em massa), que constitui uma relação diferenciada e distanciada da natureza. É importante ressaltar que a natureza “dá” os alimentos, entretanto ela não os mantém por muito tempo a disposição do homem, graças ao ciclo vital dos reinos vegetal e animal, que passam por um processo denominado decomposição. Frente a isso, o processamento de alimentos pareceu ser uma saída revolucionária, porém, o avanço da indústria sobre o processamento de forma artificial contribui em muito para o distanciamento do homem com a forma natural de produzir alimentos, possibilitando que a engenharia de alimentos re-projetasse sabores e valores em relação à produção e consumo de alimentos.

Assim, o almejado desenvolvimento das sociedades deveria passar obrigatoriamente pelo modo de vida específico dos grupos, devendo compor um dos pilares base da sua organização, da sua cultura e da sua preocupação com os sujeitos que ali vivem, em consonância com o seu ambiente e com o abastecimento de alimentos.

CAPÍTULO 3 – SEGURANÇA ALIMENTAR NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Neste capítulo serão apresentadas as principais noções teóricas que irão auxiliar na compreensão da relação das estratégias de segurança alimentar com a organização produtiva das famílias assentadas de reforma agrária, bem como as possíveis causas que impedem que as famílias continuem praticando estas estratégias.

Serão resgatadas, de forma breve, as definições que a segurança alimentar recebeu desde o seu surgimento até os dias atuais, trazendo também a definição que a Via Campesina defende sobre esse tema. Na parte seguinte discute-se a inversão das ordens prioritárias essenciais à sobrevivência e autonomia das famílias, dada a adoção no meio rural das especificidades do meio urbano. Assim, as formas específicas de organização da produção que o agricultor adquiriu pelas experiências diárias e pelo aprendizado em família, e que garantiam a autonomia de produção-consumo por meio da incorporação das estratégias de segurança alimentar, passaram a ser substituídas pela idéia de aumento dos níveis de renda. Tal processo é levado a acontecer em grande parte pela sintonia de relações entre os assentamentos rurais e o urbano, dada a necessidade de *ir à cidade* toda a semana para atender demandas geradas pelo vínculo da unidade produtiva com as relações mercantis, tais como pagar contas ou comprar utensílios e produtos tanto para a família como para a produção agrícola. Tal sintonia, ou entrosamento, será chamada aqui de “urbanidades no rural”.

Trazendo essas noções teóricas para o universo dos assentamentos de reforma agrária, busca-se compreender a re-construção da organização produtiva na qual não são incluídas as estratégias de segurança alimentar, mesmo apresentando traços de uma agricultura chamada campesina, em que a alimentação apresentava-se como prioritária e essencial à reprodução física e social das famílias.

Dessa forma se busca fazer uma reflexão crítica na perspectiva alimentar das famílias rurais assentadas, que se encontram em uma mescla de agricultura convencional, marcada pela incorporação das tecnologias da revolução verde, juntamente com formas campesinas de fazer agricultura e que podem estar em vias

de se perder. É válido dizer que as formas camponesas de fazer agricultura são valorizadas e estimuladas pela cúpula do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é aliada à Via Campesina pela internacionalização da luta pela terra e pela transformação social, como estratégica para a autonomia e desenvolvimento das comunidades. Caldart (2001) associa o surgimento do MST à questão agrária, que é estrutural e histórica no Brasil, e tem como proposta a luta pela terra afirmando a possibilidade de novas relações sociais e de um novo projeto de desenvolvimento tanto para o campo como para o Brasil, colocando em cheque o modo de ser da sociedade capitalista e a cultura reproduzida e consolidada por ela. A trajetória histórica do MST apresenta duas dimensões fundamentais no processo de formação da sua identidade: a que vincula cada família sem-terra à trajetória histórica do movimento, tornando-os fruto e raiz desta história; e a que faz de cada integrante um ser em transformação permanente a partir das experiências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação, conformando o jeito de ser (CALDART, 2001). Essa análise de Caldart torna-se importante pela postura assumida neste trabalho, em que os assentamentos de reforma agrária são compostos pela diversidade cultural que trazem em sua gênese essas duas dimensões citadas pela autora (agentes raiz do processo e agentes em constante transformação), e que podem ser determinantes no momento da organização produtiva no lotes. Assim, entende-se que ser sem-terra demarca uma identificação de uma categoria, que após ser assentado pode ou não continuar com tal identidade.

3.1 Segurança Alimentar: visitando as concepções

Para começar a discussão em torno da temática proposta, é importante iniciar pelos conceitos de segurança alimentar, bem como pelas diferentes interpretações que vem recebendo desde seu surgimento, e também do termo soberania alimentar, muito discutido pela Via Campesina e mais recentemente também pelos órgãos de Estado, porém com uma diferença de propósitos. Enquanto a Via Campesina discute segurança e soberania alimentar como um dos instrumentos para a transformação da realidade social tanto de quem produz como para quem consome, vindo a

significar a independência alimentar em relação ao mercado agroalimentar, o Estado apresenta a segurança alimentar como combate à fome. E tal ação de combate à fome é compreendida como uma meta que deve ser vencida para a construção do desenvolvimento da sociedade brasileira, nos moldes propostos pelos países industrializados, a qual já se encontra em andamento.

O termo segurança alimentar tem raízes na I Guerra Mundial, quando os países perceberam que a garantia de manter alimentos em quantidade suficiente era primordial para a segurança nacional, surgindo a necessidade de formação de estoques estratégicos para as nações serem menos vulneráveis e dependentes em tempo de crise e guerra, o que evidenciou a fragilidade de estoques alimentares de muito países (CONTI, 2009). Assim, o surgimento desta noção de segurança alimentar teve cunho militar, com perspectivas de manter os soldados em condições para guerra, e não como uma noção de acesso à alimentação saudável com vistas a proporcionar uma vida digna para as populações.

Foi somente bem mais tarde, na década de 1970, que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) ao organizar a I Conferência Mundial sobre Segurança Alimentar, definiu segurança alimentar como uma política de armazenamento estratégico e de oferta segura, direcionando a discussão para o aumento da produção agrícola para fins de aumentar a disponibilidade de alimentos (CONTI, 2009). Sob este argumento, o processo conhecido como Revolução Verde⁸ ganhou legitimidade e força, justificando o surgimento e perpetuação da indústria agroalimentar. Com o otimismo e a crença de que a agricultura mundial fosse aumentar a produção de alimentos de forma a atender a demanda da população, os agentes da Revolução Verde *acreditaram* que a problemática da fome estaria perto do fim. Porém, mesmo com os aumentos das produções agropecuárias verificados nas últimas décadas, com base na utilização de insumos industriais, não houve uma redução da problemática da fome no mundo. E somente em 1983 a FAO re-definiu segurança alimentar baseada na “oferta adequada de alimentos, estabilidade dos mercados e segurança no acesso”, reforçando a idéia de que a carência alimentar mundial se dava pela falta de produção de alimentos (CONTI, 2009). Outra definição marcante nessa linha do tempo se refere à definição proposta em 1986 no Relatório

⁸ É importante lembrar que a Revolução Verde, desencadeada no contexto da modernização da agricultura, tinha como objetivo o aumento da produção e da produtividade agrícola, e consistia na difusão de tecnologias calcadas no uso de sementes melhoradas geneticamente, fertilizantes químicos e agrotóxicos, e ainda no uso de máquinas agrícolas.

do Banco Mundial, que conceituou segurança alimentar como "o acesso por parte de todos, todo o tempo, a quantidades suficientes de alimentos para levar uma vida ativa e saudável" (FLORENTINO, 2010, p. 3), o que representaria uma intervenção do mercado internacional na definição, organização e distribuição de alimentos. Assim, a discussão sobre o déficit alimentar permeava a questão da auto-suficiência da produção de alimentos, bem como o poder de compra dos indivíduos, e não a questão das diferenças sociais como elemento perturbador dessa análise.

Em 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação convocada pela FAO, com o objetivo de definir ações de combate a fome, anunciou que a crise no sistema alimentar mundial já deixava um bilhão de famintos pelo mundo e definiu segurança alimentar e nutricional como:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo (FAO, 1996).

O conceito proposto pela FAO em 1996 passou a ser utilizado como referência mundial para balizar as discussões e as ações de combate à fome. No Brasil, contudo, esse conceito não seguiu a definição inicial proposta pela FAO. Renato Maluf, um estudioso da questão da segurança alimentar, incluiu na definição brasileira a questão da valorização cultural dos povos e também a noção de alimento seguro (sem contaminações) e alimento saudável (equilíbrio nutricional), além da questão do direito à alimentação como direito à vida. Em suas palavras:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF, 1996).

Foi na década de 1990, no Brasil, que surgiram várias organizações, articulações e redes da sociedade civil para discutir e propor sobre a segurança alimentar na nação, ao mesmo tempo em que o Estado passou a desenvolver

algumas políticas públicas voltadas à questão alimentar (CONTI, 2009). Como exemplos citam-se: a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e o Plano Nacional de Combate à Fome e Miséria.

É importante dizer que, na linha institucional, os primeiros passos na definição de segurança alimentar no Brasil surgiram no Ministério da Agricultura, no final de 1985, sendo elaborada uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, com objetivos de atender as necessidades alimentares da população, a qual teve pouca repercussão (VALENTE, 2002). Em 1994, ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que apresentou a definição de segurança alimentar como:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (CONSEA, 1994).

Mas somente em 2004, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foram apontadas deliberações propositivas para ações estratégicas⁹ para a construção de uma política de segurança alimentar. Assim, foi re-definido que:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentação adequada, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2004).

É interessante observar que, no primeiro conceito, há uma preocupação com a disponibilidade (produção e comercialização), enquanto que no segundo a definição se torna mais complexa pela incorporação das noções de saúde, diversidade cultural e sustentabilidade social, econômica e ambiental. A partir da definição de segurança alimentar e das propostas aprovadas nesta conferência, coube ao CONSEA extrair as linhas gerais de ação que deveriam ser trabalhadas

⁹ Tais propostas incorporam aspectos como: o compromisso do Estado Brasileiro para efetivar uma alimentação adequada, a produção e distribuição de alimentos, e as ações de saúde e nutrição (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2004).

junto ao Governo Federal e a sociedade civil, na perspectiva de elaboração de ações para combate a fome.

Valente (2002, p. 108), discutindo o que significa segurança alimentar, usa como exemplo a estrutura de uma família: “numa família nem todos podem garantir sozinhos sua alimentação diária, alguns membros compram, produzem, preparam alimentos para os bebês, estudantes, desempregados, enfermos, idosos, entre outros”. Da mesma forma a sociedade precisa garantir mecanismos que assegurem que os indivíduos tenham acesso regular à alimentação segura, além das informações necessárias para que possam ter práticas alimentares e estilos de vida que promovam a saúde e a nutrição (VALENTE, 2002).

Esta apresentação inicial sobre diversas concepções de segurança alimentar é importante para evidenciar que o conceito ainda se apresenta inacabado, pois representa um campo de discussão ainda em disputa, em que diferentes segmentos ao longo do tempo apresentam discursos com o intuito de legitimar sua posição na equação produção-distribuição-segurança alimentar.

3.2 Segurança Alimentar e a Via Campesina

A Via Campesina traz em sua origem e história a luta contra o atual modelo de desenvolvimento rural, apontando uma via alternativa ao modelo de vida com base nos processos industriais, defendendo como uma das principais bandeiras de luta a questão da soberania alimentar. A proposta de organização mundial de camponeses surgiu em 1992, na Nicarágua, com líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa (VIEIRA, 2008), mas sua fundação se deu em 1993, no primeiro encontro de camponeses de 55 países, ocorrido na Bélgica. Neste encontro diversas organizações de camponeses, pequenos agricultores e povos indígenas se mobilizaram contra o modelo de desenvolvimento rural que estava convertendo os conhecimentos locais em algo irrelevante, denegrindo as culturas locais. Como elementos chave para esse processo citam-se a globalização e a industrialização da agricultura (V Conferencia de La Vía Campesina, 2009). A partir dos anos 1980, quando começa o processo de internacionalização da agricultura que tem como principal característica a concentração do sistema de produção de

alimentos em poucas empresas multinacionais que subcontratam agricultores e homogeneízam o consumo alimentar, surgem em resposta a esta tendência os movimentos sociais do campo (VIEIRA, 2008). Quanto ao objetivo, a Via Campesina afirma que:

El objetivo de La Vía Campesina es traer el cambio al campo. Cambio que mejore los medios de vida, que aumente la producción local para el consumo local, y que abra el cambio en los espacios democráticos que den a la gente del campo un papel importante, una posición, y puedan decidir en asuntos que tengan un impacto en sus vidas. El movimiento cree que este tipo de cambio puede ocurrir solamente cuando las comunidades locales conquisten un mayor acceso al control de los recursos de la producción local, y cuando tengan un mayor acceso al poder social y político. (V CONFERENCIA DE LA VÍA CAMPESINA, 2009, p. 45).

Vieira (2008, p. 07) sugere que “as construções da identidade interna e da imagem externa da Via Campesina têm sido marcadas pela noção de soberania alimentar.” Nesta mesma perspectiva, Valente (2002) afirma que a defesa da soberania alimentar tem sido uma dos mais fortes impulsionadores antiglobalização que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Ou seja, é através das propostas em torno desta bandeira que a Via Campesina se apresenta e constrói a idéia de uma nova sociedade, que possa trazer como suas bases uma alimentação diversa e saudável para a população local, trazendo também as pautas da reforma agrária, da garantia da diversidade genética, dos direitos humanos, de igualdade social.

Vieira (2008, p. 07) afirma que a definição de soberania alimentar pela Via Campesina teve início já na II Conferência da Via Campesina, em 1996, que deu bases para posteriormente ser consolidado o conceito de soberania alimentar, que foi apresentado na Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, no mesmo ano, sendo “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva”. Conforme Valente (2002, p. 114), esta noção de “Soberania Alimentar surge como uma resposta dos movimentos sociais à perda da capacidade dos governos nacionais de elaborar e promover um conjunto de políticas públicas capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional de suas populações, no contexto da progressiva internacionalização da economia imposta pelo processo de globalização”.

Em relação à concepção de soberania alimentar defendida pela Via Campesina, é importante ressaltar que um dos marcos importantes da sua

reformulação se deu em 2001, em Cuba, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que reuniu trabalhadores do campo, indígenas, pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e pesquisadores. Na sua Declaração Final consta que:

Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental (DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Posteriormente, o conceito tomou mais fôlego no sentido da construção da soberania alimentar como:

O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmo e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002).

Assim, a noção de soberania alimentar se apresenta de forma mais abrangente do que segurança alimentar, pois traz uma preocupação tanto dos camponeses enquanto produtores reais de alimentos, como dos consumidores em adquirir alimentos saudáveis, referenciados na cultura e no espaço geográfico local. Para a Via Campesina, a soberania alimentar “da prioridad a las economías y mercados locales y nacionales, dando el poder a campesinos y [...] protege a la producción, distribución y consumo de alimentos basadas en la sustentabilidad ambiental, social y económica” (V Conferencia de La Vía Campesina, 2009, p. 82). Ou seja, os camponeses organizados tratam a dimensão alimentar como questão profunda da vida humana, abordando o direito e a potencialidade de cada povo, alicerçada nas suas bases culturais e históricas, tendo o poder de escolha sobre o sistema de produção e consumo de alimentos.

A prática proposta pelo movimento camponês de basear a produção em métodos sustentáveis, culturalmente apropriados, com fins a propiciar que os povos

definem seu consumo alimentar, diverge categoricamente do quadro estabelecido pela indústria agroalimentar, que, segundo Pollan (2007, p. 26), restringe a alimentação ocidental “à uma erva tropical gigante que a maioria das pessoas conhece como milho” (*Zea mays*), mais precisamente milho processado.

3.3 A sedução pela alimentação moderna

Na investigação sobre a origem dos itens que compõem a dieta ocidental, Pollan (2007, p. 26) afirma que “o milho alimenta o novilho, alimenta a galinha, o porco, o peru, o cordeiro, a tilápia, o salmão, o leite, o queijo e o iogurte que antes vinham das vacas leiteiras que se alimentavam no pasto, agora passam a vida comendo milho”. O autor ainda cita que os adoçantes utilizados pela indústria alimentícia, anteriormente feitos a partir de cana-de-açúcar, hoje são feitos a base de xarope de milho com alto teor de frutose. Assim, milho (modificado ou não-modificado) é o produto que se encontra como principal ingrediente da alimentação ocidental: na cerveja, nas frutas enlatadas, no ketchup, nos doces, nas sopas, nas misturas para bolo, nas bolachas, nos congelados, nos molhos, na maionese, na manteiga, nos condimentos, nas vitaminas e também nos legumes e verduras, que são cobertos por uma fina camada de cera vegetal que dá brilho a estes alimentos (POLLAN, 2007)¹⁰. O milho aparece manifestado de várias formas na alimentação humana, conquistando espaço cada vez maior, dada a sua facilidade de produção, dos incentivos de produção, além do seu cultivo ser intrínseco ao saber empírico dos agricultores. Tais elementos contribuem para a indústria alimentar adaptar a alimentação humana para o consumo de milho. Ou seja, a indústria agroalimentar não especializou apenas a agricultura, especializou também a dieta das sociedades, já que as substâncias industrializadas a base de milho avançam de forma disfarçada de alimentos até o prato.

Frente a esse processo em curso, os camponeses organizados sob a Via Campesina, por meio do discurso de soberania alimentar, se posicionam de forma contrária ao modelo agroindustrial da produção de alimentos. A Via Campesina,

¹⁰ O autor observa que a utilização do milho extrapola a alimentação, pois também é encontrado na composição de outros itens, como creme dental, sacos de lixo, embalagens de papel, fósforos, pilhas, fraldas descartáveis, e outros produtos (POLLAN, 2007).

entende que este modelo é incompatível com a agricultura diversificada, referenciada culturalmente, que proporciona acesso a alimentos saudáveis para as comunidades locais, baseadas nas suas crenças, tradições, paladares e saberes. Isso determina uma linha divisória do conflito das concepções sobre a função da agricultura para os camponeses organizados de forma aliada à Via Campesina e para o mercado agroindustrial: enquanto a primeira (a Via Campesina) busca garantir às comunidades seu modo específico de existência, tendo como prática discursiva a defesa da valorização do agricultor, dos saberes tradicionais, dos valores e crenças, dos costumes, da correlação entre trabalho e família; o segundo (o mercado agroindustrial) valoriza as quantidades de matéria-prima que os agricultores são capazes de produzir para sustentar o modelo hegemônico de alimentação atual, baseado em milho e soja.

Neste contexto os camponeses têm sua luta pela terra legitimada, uma vez que essa ação garante a existência de uma categoria fortemente vinculada às riquezas ambientais, com a afinidade do trabalho com a terra, dos saberes empíricos, em um modo específico de vida calcado na produção e distribuição local de alimentos.

Neves (1997 apud CAUME, 2006, p. 11) chama a atenção para o fato de que os espaços de assentamentos de reforma agrária aparecem estereotipados como uma “comunidade de irmãos” que busca re-construir um espaço social, marcado por “diferenciações internas e até opostas”. E nessa teia discursiva em que os assentamentos se encontram, há um processo permanente de re-construção do espaço e dos indivíduos que nele vivem (CAUME, 2006). O autor analisa os assentamentos como espaço marcado por relações de disputa entre os diferentes agentes que trabalham no sentido de construir esses espaços (Estado, MST, agentes religiosos). Assim, estes espaços se tornam verdadeiros campos de conflitos entre os diferentes agentes que ali intervêm e que buscam consolidar diferentes concepções em relação à agricultura e a sociedade.

A partir disso é interessante refletir sobre como os assentamentos ainda não consolidaram um consenso sobre o significado de ser assentado, graças à diversidade social que há nesses espaços, e das intervenções externas que possibilitam transformações e re-construções dos sistemas produtivos. Essa reflexão se torna importante no presente trabalho quando associamos essas transformações nas formas de pensar e de se relacionar com o seu meio e com o mundo externo,

que transforma, também, as noções que a família tem sobre a sua ligação com a prática da agricultura e com o poder de decidir e agir sobre seu cotidiano e sobre suas prioridades.

Como nos assentamentos de reforma agrária há uma mescla de agriculturas (a convencional e a tradicional, ambas podendo se apresentar em diferentes estágios e/ou gradientes), surge uma organização da produção, formando inter-relações entre os agricultores e seu meio, dificultando que se faça uma definição limitada e linear da vida de camponês e das características gerais da essência de agricultor, valendo assim a investigação sobre as causas que limitam estratégias de segurança alimentar. Assim, a organização espacial da produção, no contexto dos assentamentos de reforma agrária, que sempre foram marcados pelas produções de autoconsumo de forma a atender a demanda alimentar do grupo doméstico, substituiu esta preferência pela introdução de cultivos que não atendem e nem garantem a reprodução social desta categoria. Por exemplo, o processamento de alimentos, tais como pães, bolachas, queijos, iogurte, entre outros, que se refere à uma prática comum da chamada agricultura tradicional, com base em receitas de família, é facilmente substituído por receitas oriundas de cursos práticos, em geral aplicados por empresas de assistência técnica e até mesmo por instituições públicas de extensão rural. Outro exemplo que merece destaque é o caso da bacia leiteira, em que os agricultores utilizam raças com alto potencial produtivo, fruto das tecnologias de melhoramento genético animal, entretanto, com manejo realizado de forma campesina, tradicional.

Neste sentido, Farias (2007) diz que, nos assentamentos de reforma agrária, há famílias com valores alicerçados na cultura tradicional, porém já transformados, e outras, que já alteraram, visivelmente, a sua cultura, fazendo com que as suas experiências sejam próximas às do urbano. Segundo a autora, isso pode apresentar a fragilidade da ligação das famílias com a terra como um lugar de morada e de reprodução, tendo uma influência dos princípios de produção capitalista, direcionados ao mercado. Assim, no que se refere a prática tradicional de produzir seus próprios alimentos, referenciada na arte do saber-fazer das famílias assentadas, Galeski (1979 apud FARIAS, 2007, p. 36) sugere que as formas organizativas da produção recebem diversas influências internas e externas, que colaboram para as mudanças tanto na produção como na própria família, uma vez que esta última é fruto do trabalho desempenhado. Tal noção da família rural como

fruto do seu trabalho dá fôlego à ideia do meio rural como modo de vida específico de uma categoria. E como variáveis que transformam a organização produtiva, o autor cita: o grau de dependência econômica e sociopolítica dos agricultores, o tipo de mão de obra utilizada, a intensidade do trabalho familiar, e “que interfere diretamente nas dimensões da vida camponesa, principalmente, na família.” Assim, a família ganha destaque na organização. Nesta perspectiva Farias (2007) comenta que, quanto maior o grau de modernização, maiores serão as alterações na organização interna da família. Ou seja, dadas as alterações na organização produtiva, pode resultar em transformações também na família pelo abandono das práticas tradicionais de produção de alimentos, pelo fato das famílias rurais serem seduzidas pelas práticas alimentares do urbano.

Desse modo, a noção de essência de ser agricultor poderá ter função de mola de resistência frente a um processo cada vez maior de adaptação das famílias assentadas à modernidade proposta pelo atual modelo de desenvolvimento, dada a sua proximidade com o meio natural e com a produção de alimentos, e os vínculos sociais e culturais específicos desta categoria.

3.4 As urbanidades no modo de vida rural¹¹

A partir do vigoroso processo de modernização da agricultura ainda em curso em diversas regiões do país, não é possível compreender o espaço rural sem a intervenção das práticas e valores oriundos deste processo, que mais tarde passou a ser intensificada pela interação com o mundo urbano. Este último passou aos poucos a ser referencial da vida moderna, privilegiado pela industrialização e pelas inovações, que passaram a ser marcas da vida moderna, transformando os processos produtivos e também os próprios sujeitos sociais.

A lógica do espaço urbano difere da lógica dos habitantes do rural, em especial na dimensão das relações sociais e da natureza que são articuladas de modo a garantir a reprodução do modo específico de vida do rural, que inclui a

¹¹ É importante destacar que no presente trabalho a questão da urbanização do rural é tomada sob o ponto de vista da substituição das características comuns ao rural pelos costumes e práticas urbanas. O objetivo é discutir os impactos de adoção do modo de vida urbana pelo rural, invertendo a ordem natural das necessidades das famílias, que tinham a autonomia de produção-consumo como primordial.

produção de alimentos. Para Carlos (2004), o grande desafio em analisar a cidade e o campo diz respeito às diferenciações das relações sociais contidas em cada um, em que o rural não está desaparecendo e também não está ocorrendo um domínio do urbano, mas sim uma vinculação entre eles.

Neste contexto, a prática de produzir seus próprios alimentos em consonância com a sazonalidade, o *saber* acumulado pela experiência e ainda os laços de parentesco e vizinhança, que podem significar um vínculo de partilha e de solidariedade, contribuem para fortalecer um dos maiores patrimônios do espaço rural, que se refere ao modo de vida típico do rural. As experiências e as habilidades de trabalho diário demarcam a estreita relação entre os agricultores e o mundo natural, se apresentando como uma dimensão que manifesta o modo de vida do meio rural com particularidades que inexistem no urbano.

Apesar de se demarcar aqui esse modo de vida específico do mundo rural, não se tem o propósito de cair na dicotomia de análise urbano-rural, como propõe alguns estudiosos, como Milton Santos (1993) e Graziano da Silva (1996), que relacionam o rural como um *continuum* em que a urbanização transformaria o rural em completo espaço urbano. Mesmo com esse modo de vida específico que envolve os agentes do meio rural, já é possível compreendê-lo como um espaço que combina os aspectos da vida moderna urbana, impossibilitando analisá-los de forma polarizada, antagônica, superando o recorte clássico de análise urbano-rural.

Para tal discussão, adota-se a proposta de RUA (2005; 2006), que discute a manutenção das especificidades do rural mesmo com a intervenção do urbano, na qual o autor chama de urbanidades no rural¹². Sob esta vertente de análise, urbanidades no meio rural significam as transformações pelas quais este espaço passa hoje, fruto da complexidade das interações urbano-rural. Entretanto, tais transformações não representam novas ruralidades, e sim uma re-significação do rural que inclui uma série de representações como outro rural (RUA, 2006). O autor propõe a idéia de urbanidades no rural por compreender que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como base para ações políticas, como, por exemplo, a reforma agrária, além de o território servir como instrumento de reprodução de agente social (RUA, 2006), ou seja, o espaço, o trabalho específico do meio rural produz o agente social (agricultores).

¹² O termo *urbanidades* no rural é encontrado em outros textos como *novas ruralidades*, de autoria de Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay (RUA, 2006).

De forma analógica a Rua, Carneiro (1997, p. 05) propõe que “as visões de mundo e os valores são distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando sujeitas a reelaborações e apropriações diversas”. Esta reflexão de re-estruturação do rural pela adoção dos hábitos, valores e práticas, mas sem a perda da cultura local (CARNEIRO, 1997), vai ao encontro com a “urbanidade do rural” proposta por Rua (2005; 2006), que se refere às transformações no cotidiano dos agricultores pela assimilação dos costumes do urbano, o que parece contribuir para a desconstrução de determinados laços locais de sociabilidade específicos do universo rural, como, por exemplo, a rede de solidariedade alimentar¹³, e a própria produção e autonomia alimentar, porém com a manutenção de especificidades locais. A autora complementa ainda que a lógica existente de um grupo social se sustenta num conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los de qualquer grupo na sociedade (CARNEIRO, 1997), sendo fundamental, portanto, para a manutenção do grupo denominado agricultores as suas prioridades históricas, como a autonomia alimentar.

Neste contexto de interpretar o rural re-significado pela sua interação com o urbano, é importante destacar que novas formas de se relacionar com as pessoas e com o seu meio também são re-significados:

[...] a ressignificação do rural [...] fruto das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes ‘rurais’ e ‘urbanos’, usados, estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com o momento vivido pelos agentes sociais locais, em que situações de inferiorização (frente aos urbanos) e de reivindicação de direitos convivem [no cotidiano] (RUA, 2006, p. 95).

Sobre essa re-significação é válido trazer as noções de Veiga (2005), que associa a interação rural-urbano ao processo atual de globalização, que por sua vez apresenta duas dimensões que atuam de forma contraditória sobre as áreas rurais: a dimensão econômica e a dimensão ambiental. Para este autor, a dimensão econômica envolve cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros, e age no sentido de tornar o espaço rural cada vez mais periférico no âmbito daquilo que é chamado de “geografia de centralidade”¹⁴; simultaneamente a dimensão ambiental,

¹³ Tais redes se referem às trocas de alimentos entre vizinhos e parentes, seja pela cultura da cortesia, seja pela doação de alimentos em troca de algum serviço.

¹⁴ A geografia da centralidade refere-se ao fato do espaço rural estar ligado à periferia e o urbano estar vinculado à centralidade.

que envolve tanto as bases de amenidades naturais como as fontes de energia e biodiversidade, age no sentido de qualidade de vida e bem-estar (VEIGA, 2005). Essas idéias de Veiga auxiliam na reflexão sobre as “ressignificações” do rural, em que este assume um compromisso econômico de produzir *commodities* para as indústrias (inclusive alimentar), além de fornecer mão de obra em épocas de baixa demanda de trabalho rural. Na dimensão ambiental, o rural toma a importância de espaço como refúgio da conturbada vida moderna.

Neste contexto, Rua (2005) discute que a integração rural-urbano, que marca a sociedade contemporânea, acompanha a racionalidade da cidade, contribuindo para a reprodução do capitalismo e para a constituição da vida burguesa, uma vez que o espaço urbano, assim como seus indivíduos, representa a vida industrializada e de consumo. Assim, a ressignificação do rural, por meio da idéia de “urbanidades no rural”, pode vir a demarcar uma nova valoração em cima das históricas ações ligadas à reprodução do rural, graças às substituições de noções prioritárias e essências que historicamente marcaram a autonomia das unidades rurais famílias, tal como a dimensão alimentar.

Ainda sob este tema, Rua (2005, p. 48) analisa que os camponeses estão diretamente integrados à produção capitalista, através da sua ligação com os complexos agroindustriais, “viabilizada pelo empresariado rural, com base em créditos bancários, difusão tecnológica e ampliação de mercados de bens de produção industriais para agricultura.” Ou seja, re-significando também os habitantes do meio rural, em que estes se apropriam de uma vida repleta de imagens (como o poder e o desejo de consumo de produtos como a coca-cola, acessórios de beleza, e até gostos musicais tipicamente urbanos), que se aproxima da vida moderna, e da demanda por produtos, serviços e marcas nunca antes desejados pelos camponeses, e que registram o universo peculiarmente capitalista.

A associação dos aspectos da vida urbana, ao modo vida do meio rural, como a dimensão alimentar, submete as famílias à lógica e às tradições das ditas famílias urbanas e modernas, e dessa forma compromete também sua garantia de reprodução social. Grisa (2007), nesta conjuntura, afirma que, ao produzir seus próprios alimentos, a família dispõe de maior controle sobre a dimensão alimentar, minimizando a sua exposição às relações mercantis, de forma a proporcionar maior estabilidade e segurança do grupo familiar.

Assim, a adoção da prática de compra de alimentos pelos agricultores pode vir a representar a re-organização da produção que exclui as estratégias de segurança alimentar. Sob este aspecto se torna interessante refletir sob a perda de autonomia das unidades familiares de produção, revelando um conflito na lógica interna destas unidades, uma vez que deixam de produzir seus alimentos com vistas a atender as demandas de produção, perdendo também a tradição de consumir alimentos produzidos por elas mesmas, desconectadas de sua história de vida, das especificidades locais e ainda da essência de agricultor.

O rural não pode ser visto apenas como um ambiente de produções agropecuárias, mas também como um espaço que produz um modo de vida específico dos sujeitos sociais, que constroem sua história e sua tradição calcados no trabalho diário de *lida com a terra*.

3.5 Ligando os eixos

Com a discussão aqui proposta, buscou-se lançar questões que contribuam para a reflexão acerca da dimensão alimentar nos assentamentos de reforma agrária, bem como as limitações que faz com que os assentados de reforma agrária negligenciem as estratégias de segurança alimentar.

Com a compreensão de que a garantia da dimensão alimentar é inerente ao universo de agricultor, configurando o que chamamos aqui de modo de vida típico, é válido investigar quais os principais aspectos que vêm impactando esta dimensão que faz parte da *essência de agricultor*, ou seja, da essência de vida. Para tal reflexão e investigação adota-se a análise da intervenção do discurso de desenvolvimento capitalista nos espaços de assentamentos de reforma agrária, que corrompe os agricultores no sentido de desconstruir as características comuns aos sujeitos rurais.

Neste contexto, a noção de segurança alimentar, que na perspectiva da Via Campesina é tratada como soberania alimentar, se apresenta como fundamental para a transformação social e diverge categoricamente da proposta de massificação do desenvolvimento capitalista, a qual hoje já é percebida nos assentamentos de reforma agrária, mesmo com a orientação de sua cúpula em manter sob seu

domínio a alimentação da família, com elevado grau de autonomia em relação à produção-consumo. Outro elemento destacado neste capítulo se refere à adoção de práticas alimentares muito semelhantes às do meio urbano, caracterizando-se pelo elevado consumo de alimentos industrializados. Neste aspecto, são apontadas como causa a comodidade de comprar e não produzir, bem como os preços relativamente baixos dos alimentos industrializados e a proximidade com o universo urbano, sendo que o apelo midiático tem sido decisivo neste processo de mudança.

Dessa forma, as hipóteses aqui sugeridas contribuirão para guiar a pesquisa de campo, na qual foram levantadas informações com fins de averiguar as reflexões propostas. Na busca por identificar os aspectos limitantes da organização produtiva, apresenta-se no próximo capítulo a experiência vivida nos assentamentos de reforma agrária Sepé Tiarajú e Santa Rita, no município de Capão do Cipó (RS).

CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA E DINÂMICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS SANTA RITA E SEPÉ TIARAJÚ

Este capítulo tem por objetivo apresentar os dados coletados a campo e, para uma melhor organização e discussão, dividiu-se essa parte do trabalho em três seções. A primeira descreve as estratégias de segurança alimentar dos assentados, buscando identificar quais estratégias foram efetivadas, quais foram abandonadas e quais foram criadas mais tarde com a permanência do grupo familiar no lote. Procura-se identificar qual o motivo que levou os agricultores a transformarem as estratégias que garantiriam a sua autonomia perante o agroecossistema em que estavam se inserindo. Na segunda seção busca-se descrever a organização da produção, identificando aquela organização que prioriza a venda dos seus produtos para um mercado definido, e outra organização que busca incluir na sua rotina de trabalho diário as estratégias de segurança alimentar. Essa etapa será importante, pois dará subsídios para compreender-se a lógica interna das famílias, que pode priorizar o aumento de níveis de renda na tentativa de garantir a reprodução social do grupo familiar, ou se dedicar a atender a necessidade primordial à existência humana que se refere à alimentação. Na terceira seção serão analisados os discursos dos assentados em relação à segurança alimentar, comparado ao discurso oficial da Via Campesina, buscando identificar até que ponto as famílias acompanham e seguem as definições que a sua cúpula orienta. Esse ponto da discussão é de extrema relevância, pois será discutido como as famílias se enxergam frente à sua cúpula, sendo que esta última defende a segurança e soberania alimentar para se alcançar a autonomia, garantindo a reprodução social da família. Dessa forma, busca-se compreender se há nos assentados de reforma agrária de Capão do Cipó (RS) uma tendência de seguir o discurso oficial, buscando-se, também, compreender eventuais incoerências.

Os assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú se localizam em Capão do Cipó (RS), município criado em 1996, que conta hoje com uma população total de 3.104 habitantes, área total de 1.022,2 km², densidade demográfica de 3,0 hab./km², compondo o bioma pampa, e pertencendo a microrregião de Santiago (FEE, 2010).

Observa-se na Figura 1 a localização do município em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.



Figura 1 – Localização do município de Capão do Cipó, na microrregião Santiago, Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), 2010.

A etnia que compõe a população local se dá pela miscigenação de índios (Guarani, Kaingang e Charrua), negros e imigrantes europeus (portugueses e espanhóis), sendo marcante a influência cultural deixada pelos espanhóis (IBGE, 2010). É interessante destacar que a partir da implantação dos assentamentos foi possível a criação do município de Capão de Cipó.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) elabora o Idese, que se refere a um índice de desenvolvimento para o RS e que está baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo as áreas de saúde, saneamento básico, educação e renda. Este índice varia de zero (nenhum

desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total), sendo que para o município de Capão do Cipó (RS) o Idese atingiu o valor de 0,64, abaixo da média da região, que é de 0,66 (FEE, 2008).

O território do município localiza-se entre as regiões do Planalto das Missões e Planalto da Campanha, inserido no Bioma Pampa, sendo o relevo de plano a levemente ondulado, com solos profundos, favorecendo a atividade agrícola (INCRA, 2008).

Na dimensão agropecuária, a produção de ovinos (com destaque para a produção de lã), frangos e vacas leiteiras, soja, milho, trigo e mandioca são as produções predominantes, representando 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do município (IBGE, 2010). O zoneamento agrícola aponta como culturas preferenciais: arroz irrigado, citros, milho, trigo, sorgo e alfafa; enquanto as culturas toleradas: mandioca (*Manihot esculenta*), pêsego (*Prunus pérsica*), cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), aveia (*Avena sativa*), centeio (*Secale cereale*), azevém (*Lolium multiflorum*), cornichão (*Lótus corniculatus*) e pangola (*Digitaria decumbens*), (INCRA, 2008). É relevante destacar que a região das missões, por ter extensas planícies e com vegetação rasteira, propicia o desenvolvimento da produção animal.

Observa-se a localização dos assentamentos Santa Rita, na Figura 2, e Sepé Tiarajú, na Figura 3.

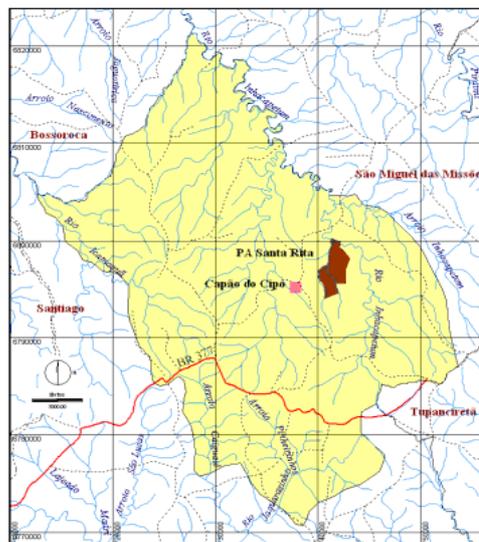


Figura 2 – Assentamento Santa Rita.

Fonte: INCRA, 2008.

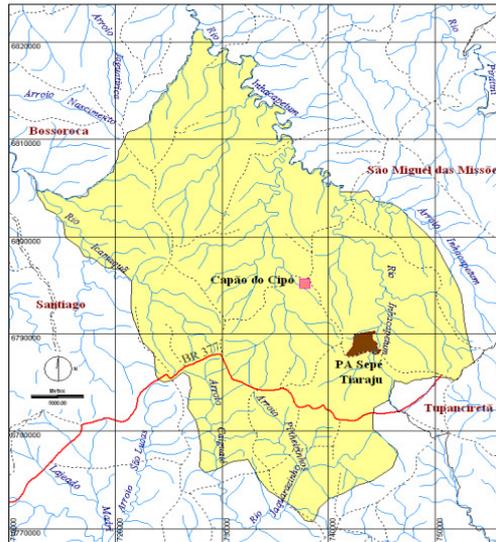


Figura 3 – Assentamento Sepé Tiarajú.

Fonte: INCRA, 2008.

4.1 A linha do tempo das estratégias de segurança alimentar

Os dois assentamentos são compostos por famílias que participaram ativamente do início das atividades, das lutas, das ocupações do MST, ainda na década de 1980. Sendo assim, estes assentamentos têm muito da história de luta do MST pela terra, e conhecer os seus assentados é navegar um pouco na trajetória de um povo marcado pelo “jeito de ser MST”¹⁵. De um modo geral, os membros da família destes dois assentamentos trabalhavam de agregados e arrendatários que com uma “vida muito difícil” e por “trabalhar na terra dos outros” decidiram fazer parte do movimento. A conquista do lote representava, a partir disso, uma vida digna proporcionada pelo trabalho na terra, pelo trabalho desempenhado na própria terra. Então, a decisão de ir acampar e *lutar* pela sobrevivência do grupo familiar não se caracteriza como algo equivocado ou desonesto, e, sim, como uma atitude essencial. “A gente se obrigou a ir [acampar]. Eu acho que isso não era uma coisa

¹⁵ Esse “jeito de ser MST” foram palavras proferidas por uma assentada. E se refere ao jeito de ser assentado, que é diferente de qualquer outro agricultor que não tenha passado pelo processo de reforma agrária. O “jeito de ser MST”, para esta assentada, está vinculado a luta pela terra, à organização do próprio Movimento, e ao modo de *fazer agricultura*, que leva em conta os processos ecológicos para o cultivo, e não tanto os pacotes tecnológicos da indústria.

errada que a gente fez. A gente fez pela necessidade” (Entrevista 5, SR)¹⁶. No entendimento dos assentados, viver a partir do cultivo da terra é um direito universal do homem, o que contribui para ratificar que sua luta pelo acesso à terra é legítima. A oportunidade de acampar se apresentou, para os assentados, como a última alternativa de sobrevivência, dada as condições de pobreza e, por vezes, de trabalho escravo e de arrendamentos em que muitos viviam. O tempo de acampamento entre as famílias entrevistadas variou de seis meses a dez anos.

As condições sub-humanas em que muitas dessas famílias se encontravam, na década de 1980, foram decisivas para abandonar o pouco que tinham em seus locais de origem e ir acampar. “A gente que se reuniu era tudo meio assim, agregado meio escravo, e daí a gente começou a se reunir e se organizar. Fizemos um monte de reunião, e decidimos ir acampar. E apanhamos muito da polícia” (Entrevista 14, ST). A situação de arrendatário era outra condição que estimulou esses agricultores a tomar a decisão de acampar.

Nós plantávamos de arrendamento pra viver. [...] e é bíblico que todo homem tem direito a terra. E daí nós nos reunimos, num povo que não tinha terra e decidimos ir [acampar]. E daí fomos pro acampamento, lá pra Anoni. E da Anoni nós fomos assentados aqui nessa região. Então foi a própria situação que obrigou a gente a ir pra luta (Entrevistado 12, ST).

É possível observar que as famílias associam a questão da conquista da terra com a superação da condição de trabalho árduo em terra alheias. Trabalhar em terras arrendadas aparece como uma conotação de limitação em relação ao meio em que esses agricultores viviam, sem possibilidades de sobrevivência.

Dos entrevistados, todos são oriundos do Acampamento da Fazenda Anoni, naturais das mais diversas cidades do Alto Uruguai. As lembranças dessa época são de tensão em função de que, seguidamente, o acampamento Anoni estava cercado pela polícia, e também pelo fato de permanecer “embaixo de uma lona preta”, mas também há lembranças de amizade, de solidariedade e de boa organização, marcas registradas dessa época.

Eu não gosto nem de me lembrar muito. Porque eu sofri muito no acampamento. Nós fomos barrados pela polícia, que não deixava nós

¹⁶ As entrevistas seguirão a ordem numérica, sendo acompanhada da sigla SR (Santa Rita) ou ST (Sepé Tiarajú). Quando parte da citação estiver em **negrito**, significa que o entrevistado(a) enfatizou aquela parte da fala em sua entrevista. Importante também ressaltar que foram feitas correções superficiais nas falas dos entrevistados, para melhor fluidez do texto, sem prejudicar o seu conteúdo.

passar. Nós ficamos depois do meio dia, umas duas horas da tarde mais ou menos, até o outro dia de tarde. Pra poder tentar chegar no acampamento. Até que conseguiram uns companheiros que vieram auxiliar na entrada do acampamento. Daí eles [polícia] abriram pra nós passar. Aquela noite foi bem sofrida. A gente passou bastante trabalho, mas também tinham as horas boas. A gente se ajudava, era bem companheiro. Porque pelo menos a gente sofreu, mas depois a gente ganhou, conquistou o lote (Entrevista 5, SR).

Assim, buscando-se compreender um pouco da história desses agricultores em relação à *opção* de seguir *na luta pela terra*, percebe-se a preocupação com a garantia da reprodução social da família vinculada ao meio rural, sendo este um motivo potencializador para participar do MST. Em síntese, a produção de seus próprios alimentos ocupa um lugar central nas estratégias de reprodução das unidades camponesas, visto que elas buscam a satisfação de suas necessidades vitais (CHAYANOV, 1974 apud GRISA, 2007, p. 30). Tal satisfação é atendida pelo trabalho desempenhado pela família no lote, que pode ter em alguns períodos do ano ora maior, ora menor intensidade.

A chegada no assentamento foi relatada como um período de “vida difícil”, marcada, por um lado, pelo “abandono por parte do INCRA” numa região desconhecida e sem nenhuma infraestrutura, e, por outro lado, marcada pelo sentimento da certeza da terra própria. A chegada no lote foi encarada com uma conquista não só de terra, mas também de vida nova e de liberdade, em que os filhos teriam um futuro diferente que os pais tiveram. O período árduo de “trabalho nas terras alheias” foi substituído por um novo período em que aplicar o seu *saber-fazer* para sobrevivência do grupo familiar é caracterizado como algo para orgulho e prestígio social.

Na chegada na área dos assentamentos, a total falta de infraestrutura básica como água, luz e estradas chocou os recém assentados, levando alguns deles em um primeiro momento, ao desejo de retornar para o acampamento. Durante as entrevistas, percebeu-se que conversar com os assentados sobre a chegada e o reconhecimento da área conquistada é uma tarefa delicada e carregada de emoção, caracterizando muitos desabafos sobre essa precariedade inicial. Entretanto, conversar sobre essa fase inicial do assentamento foi importante para traçar as primeiras estratégias de segurança alimentar. Ressalta-se que essa precariedade comentada por muitos assentados atingia também a dimensão alimentar. Observe-

se a fala desse assentado quando indagado sobre como foram os primeiros dias na área.

[silêncio, os entrevistados enchem os olhos de lágrima] As dificuldades que a gente passou, não tínhamos a quem recorrer. Longe das nossas origens. Nós comíamos até abóbora frita e achávamos bem gostoso. A falta de tudo. De luz, de água, de comida. O INCRA deixou faltar. Mas a gente chegou sabendo que conquistamos a terra (Entrevista 7, SR).

Assim, dificuldades iniciais que os assentados relatam podem ser sintetizadas em duas partes: as limitações ligadas a infraestrutura, tais como falta de água, de luz, de estrada, e de equipamentos agrícolas, e os que apontam a dificuldade inicial em produzir e adquirir alimentos tanto para os primeiros dias como no primeiro ano em que já estavam na área. Neste segundo caso, os assentados apontam essa dificuldade na dimensão alimentar devido à impossibilidade de obter sementes, que o pouco que eles tinham ainda era oriundo do acampamento Anoni, e, principalmente, pelo desconhecimento do agroecossistema no qual eles estavam sendo assentados.

Quando a gente chegou aqui, a gente viu que região era diferente, a terra, o clima. A nossa região lá tu plantava e dava. A terra era produtiva. Chegamos aqui e já diferenciou. Tinha muita coisa lá que aqui não produz. Daí a gente chegou aqui e queria plantar que nem plantava lá. Eu até trouxe semente, mas aqui não deu. Aqui tu está trabalhando e o chapéu não pára na cabeça, é muito vento. Daí a gente ficou bem assustado. Daí nós queríamos voltar lá pra Anoni, mas nós já não tínhamos mais condição (Entrevistado 12, ST).

Esse fato de desconhecer as condições edafoclimáticas contribuiu para condicionar os recém assentados à uma situação inicial de deficiência de cultivos para o consumo familiar no primeiro ano de assentamento. “Até abóbora frita nós comíamos e achávamos bem gostoso” (Entrevistada 7, SR), ou então, “aqui só dava barba de bode” (Entrevistada 8, ST), fazendo referência a um momento precário em relação à garantia de alimentação.

Condições de desconhecimento do agroecossistema, falta de sementes para os primeiros cultivos, sem estradas, o que dificultava o acesso a outras localidades da região, sem recurso financeiro, colaboraram para, que logo na chegada na área do assentamento, os assentados definissem algumas estratégias de segurança alimentar, colocando em prática os conhecimentos e experiências acumulados

durante a vida de agricultor, porém agora numa condição de terra própria. Antes de começar a descrever e discutir tais estratégias, é importante diferenciar que, no assentamento Santa Rita, os agricultores ficaram recebendo a quantia referente a um salário mínimo pelo período de um ano¹⁷. Isso proporcionou aos assentados a possibilidade de comprar alimentos em um pequeno mercado local, direcionando grande parte do recurso inicial recebido para compra de alimentos. Isso fez com que os assentados criassem um sentimento de dependência em relação ao INCRA, na compreensão de que aquele recurso de fato deveria mantê-los, em especial na dimensão alimentar.

Daí de primeiro, quando a gente chegou aqui, o INCRA dava o dinheiro pra nós. E já tinha um mercado aqui embaixo. E como nós não tínhamos como sair do assentamento, nós comprávamos tudo ali. E como o INCRA era responsável por nós, e o homem [dono do mercado] sabia que o dinheiro era certo, ele vendia. Daí, quando vinha o dinheiro, nós repassávamos pra ele (Entrevista 06, SR).

Já o assentamento Sepé Tiarajú, implementado um ano depois (1988), não teve esse incentivo financeiro. E esse tratamento diferenciado dado pelo INCRA contribuiu para gerar um mal estar entre os assentados, pois, mesmo passados mais de vinte anos, as reclamações persistem, no sentido de que “o assentamento Santa Rita não se desenvolveu porque não quis, até dinheiro ficaram recebendo do INCRA”.

A tentativa da criação do sistema de agrovila, no assentamento Santa Rita, reflete a ideia de continuidade dos valores passados no acampamento. A intenção de construir uma horta comunitária nesta agrovila transmite a preocupação em diversificar os alimentos, visando, obviamente, a autonomia desses assentados. Pois, passado um período de limitações, a dimensão alimentar passou a representar a prioridade das famílias recém assentadas. Assim, a agrovila apareceu para os assentados como uma oportunidade de re-construir sua vida e sua história de agricultor representando o retorno ao seu modo de vida típico, que está ligado ao seu próprio trabalho na lavoura em cima da sua própria terra. Nesse contexto, Woortmann e Woortmann (1997) associam que o trabalho na terra possui dimensões que fazem os sujeitos construir não apenas espaços agrícolas, mas também sociais, constituindo uma forma diferente de ver o mundo, configurando um

¹⁷ Em 1987, ano de implantação do assentamento Santa Rita, o valor do salário mínimo era de CZ\$ 3.000,00 por mês (Tribunal Regional do Trabalho-RS).

modo de vida diferente. E nesse processo de trabalho na terra (interação entre os fatores de produção e as relações sociais), é o *saber* que permite dar significado à transformação que o homem faz da natureza (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Entretanto, essa forma organizativa de produção não deu certo segundo os assentados, pelo sentimento crescente do “orgulho de ter as coisas” (Entrevistado 14, ST). Os entrevistados afirmam que aos poucos, conforme as famílias conseguiam melhorar sua condição, a ideia de solidariedade, divisão e companheirismo até então apreendidos no acampamento e inicialmente prosseguidos no assentamento foram se desmoronando. E junto com esse ideal, desmoronou-se, também, o compromisso com essa forma de organização coletiva. A própria diversidade histórica e cultural presente nesse assentamento, por mais que todos tenham passado pelo acampamento, contribuiu para dificultar os desejos de uma nova forma de organização produtiva com base na coletividade. “No assentamento, vão surgindo diferentes interesses, um grupo quer plantar soja, outro quer trabalhar com leite, outro que continuar na luta” (Entrevistado 2, SR). Pois uma vez assentado, esses agricultores passaram a construir e re-construir práticas e estratégias agrícolas frente a uma realidade desconhecida, colocando em prática as suas experiências e prioridades. Assim, a organização coletiva passou, logo após a chegada no assentamento, por uma re-definição em que ela não era mais prioridade.

Já no assentamento Sepé Tiarajú, os agricultores relatam sobre a organização de forma coletiva somente nos primeiros dias de assentados, com fins de enfrentar as dificuldades de infraestrutura e de alimentos, mas, uma vez os lotes divididos, priorizaram-se a construção das residências e a produção agrícola individual. Ou seja, a organização tanto dos indivíduos como da própria produção foram diferentes nos dois assentamentos. Assim, a ideia de uma horta comunitária alocada dentro da agrovila, que pode ser caracterizada como a primeira estratégia de segurança alimentar, não teve impulso nem mesmo para começar.

Outra estratégia relatada pelos assentados, tanto no Santa Rita como no Sepé Tiarajú, em especial pelas mulheres, refere-se a manter o entorno da casa com cultivos *pro gasto* e com criação de animais, em especial galinhas e suínos. Nesses cultivos para autoconsumo, no início dos assentamentos, aparece com predominância o cultivo de feijão, mandioca, batata, abóbora, melancia, temperos,

milho e arroz. Destaque-se que o arroz passou em um segundo momento a ser produzido para a comercialização, mas tinha como objetivo inicial abastecer o grupo familiar.

As estratégias de hortas e criação de animais no quintal foram umas das primeiras atividades de segurança alimentar implementadas, sob o cuidado das mulheres, buscando garantir e diversificar a dieta da família. Entretanto, com o tempo, parece que essa estratégia alimentar, típica do universo rural, foi perdendo importância e espaço físico na área dos lotes. O que se constatou no trabalho empírico é que ainda existem essas estratégias, porém debilitadas. Hortas descuidadas e com poucos cultivos, restringindo-se, na maioria dos casos, em tempero verde, couve e às vezes em alface. “A gente nunca abandonou por completo [cultivo pro gasto], **alguma coisinha sempre tem**, mas é verdade que caiu bastante” (Entrevistado 7, SR).

Esse desvio dos agricultores em relação a esta estratégia tem um grande significado: a negação de uma das práticas mais tradicionais da agricultura tradicional, ou seja, a negligência do modo camponês de fazer agricultura que visa um elevado grau de autonomia das famílias (PLOEG, 2008).

Além dessa debilidade nos cultivos “pro gasto”, ainda há um sério agravante no que tange a estas estratégias, que se refere ao tratamento químico feito nas hortas. Ou seja, os assentados levaram para *o redor da casa* o mesmo sistema produtivo das culturas anuais: utilização de agrotóxicos nas hortas que abastece a própria família. Assim, a noção de trabalho na lavoura e na horta se confunde, mesmo que essa última ainda esteja sob o domínio da mulher. Assim, essa importante estratégia de diversificação alimentar segue a mesma adequação de manejo das condições da lavoura, o que Woortmann e Woortmann (1997) associam à agricultura moderna, que está negociada com o mercado. Ainda sob este aspecto do cultivo em hortas, os assentados esperam por sementes que a assistência técnica traz, em casa, para renovar a horta, uma vez que eles abandonaram a prática de guardar e trocar sementes entre vizinhos ou parentes. Eles relatam que a prática de guardar e trocar sementes havia no período de acampados, mas logo que chegaram pararam com esta prática.

Aos poucos, começa a se analisar, através do discurso dos assentados, que eles estão abandonando um dos princípios centrais da agricultura, a *natureza*, também para os cultivos de subsistência. Dito em outras palavras, estão adotando o

padrão industrial de agricultura semelhante aos sistemas produtivos comerciais na qual eles trabalham. Através da interrupção da centralidade na natureza na conversão de alimentos e de bebidas (capital ecológico), a agricultura se tornou cada vez mais dependente da artificialização dos agroecossistemas, e por seguinte, do capital industrial (PLOEG, 2008). Vale extrair dessa reflexão que a reviravolta nas estratégias de segurança alimentar, que até então caracterizaram o “ser agricultor” e que servia de resposta à agricultura de síntese química, hoje parece estar se aliando a ela.

Sobre o histórico das atividades agrícolas nos dois assentamentos, ambos começaram com o cultivo do trigo na quase totalidade da área, além de algumas parcelas de milho. Com o fracasso financeiro obtido com a produção de trigo, partiram, no segundo ano, para a produção de soja em toda área. E no terceiro ano, começaram a produção de leite, atividade que se estende até os dias atuais. “No segundo ano que nós estávamos aqui, plantamos soja, **daí nós fomos pro buraco!** Investimos nuns tratores. Eram 14 tratores no começo do assentamento. É, a gente foi **muito bem** informado [ironia]” (Entrevistado 2, SR). Dessa informação, vale destacar que, desde o início destes assentamentos, houve a implantação e substituição das especializações agrícolas, estando os assentados fortemente preocupados em atender o mercado da região, que já tinha e ainda tem toda infraestrutura para produção e armazenamento de grãos. Este fato contribuiu para que os assentados mantivessem ao longo do tempo sucessivas especializações.

Sobre a produção de leite, é importante destacar que ela permitiu a criação de outra estratégia de segurança alimentar, que diz respeito ao processamento caseiro de alimentos, tais como doce de leite, queijo, iogurte e requeijão. As assentadas relatam que esses alimentos eram importantes em especial para as crianças. Porém, hoje essa prática é contida apenas na lembrança dos assentados mais velhos, pois o processamento de alimentos cessou com o passar do tempo. No assentamento Santa Rita, as mulheres caracterizam esta prática como “um trabalho a mais”, que não vale a pena ser feito, pois com a idade avançada de grande parte dos assentados e a juventude indo morar na cidade sem dar continuidade à terra, o processamento de alimentos é compreendido com uma atividade produtiva que demanda muita mão de obra. “**Não!** Eu não faço mais [processamento caseiro]. Quando meu filho e meu neto moravam comigo, eu fazia. Mas agora que moram longe, eu não faço mais. Mas eu fazia só pro gasto, não vendia” (Entrevistada 5 SR).

Os assentados apresentam este argumento, de que falta mão de obra e que os filhos estão longe, como principal obstáculo para diversificar a produção de alimentos. Para os assentados do Sepé Tiarajú, o motivo para a decisão de cessar o processamento caseiro de alimentos foi a falta de um mercado local para venda do excedente desses alimentos, em especial os queijos e doce de leite. Sob este aspecto é importante destacar que os assentados faziam parte de uma rede de mercado local que absorvia os queijos e os doces produzidos, porém, foi extinta, em virtude da fiscalização sanitária municipal. Assim, o que se pode observar é que no assentamento Sepé Tiarajú a decisão pelo processamento de alimentos está submetida à lógica de mercado, em que as famílias somente optam por produzi-los se houver demanda dos mercados locais. É importante destacar que, neste assentamento, quem processa alimentos a partir do leite são “os compradores” de lote, tendo como seu mercado consumidor o próprio assentamento. Ou seja, os ditos “compradores” produzem para vender para seus vizinhos assentados, oriundos de um processo de reforma agrária.

Outra estratégia de segurança alimentar do passado, e que se perdeu em ambos os assentamentos, refere-se à troca de alimentos entre os assentados. Esse troca-troca de alimentos, pode representar uma *rede de solidariedade alimentar*, e sugere também uma troca de saberes, experiência e receitas, fortalecendo outras relações entre os assentados, extrapola a questão alimentar.

A gente trocava, sim. Quando um não tinha, a gente repartia com o outro. A gente se ajudava, trocava, porque no começo era difícil. Mas hoje, graças a Deus, não tem mais isso, porque todo mundo tem as suas coisas. Depois, o pessoal foi se dividindo e daí isso foi se perdendo. (Entrevistada 04, SR).

Em relação a essa prática comum nos primeiros tempos de assentamento, observa-se que ela só se efetivava pela dificuldade em se conseguir alimentos. Ou seja, a necessidade fez com que eles buscassem na socialização de alimentos uma forma de organização e garantia de alimentos suficientes para a família. Sob este aspecto, Krone (2011, p. 49) afirma que a troca de alimentos cria uma “fonte de sociabilidade e de comprometimento entre os atores sociais”, permitindo a manutenção de uma rede distributiva de alimentos, uma relação muito presente nas comunidades tradicionais. O autor ainda afirma que a circulação de alimentos pelas relações de troca e doação, o que ele chama de reciprocidade, garante uma circuito

de segurança alimentar informal, em que a dinâmica redistributiva garante maior diversidade de alimentos para o consumo da família (KRONE, 2011).

Entretanto, esta prática nos assentamentos aparece mais como uma forma constrangedora de se relacionar com vizinhos ou parentes. Essa “reciprocidade” é na verdade encarada como prática de um período de debilidades e penúria alimentar; parar com essa estratégia significa que as famílias acessaram melhores condições no lote. É importante destacar que isso não é válido para o caso da socialização da carne. Para os assentados, os dias de carnação são vistos como dia comemorativo, em que as trocas e doações não ganham esse caráter de debilidade alimentar como é vista em relação aos demais tipos de alimentos. A respeito do consumo de carne nas comunidades tradicionais, Krone (2011) associa esse alimento a um valor simbólico que glorifica a família que abate, doa e troca.

Outra questão relevante a respeito das trocas e doações, em que a carne ganha destaque nos assentamentos, refere-se aos dias de festas das comunidades. As festas e cerimônias, que poderiam se configurar como um momento de apresentação das mais diversas receitas, tendo em vista que os assentamentos têm uma diversidade cultural, confraternizando suas histórias alimentares, acabam se resumindo em uma grande festa com base na carne assada. Assim, as festas ganham reputação de “boa festa” quando há abundância de carne para todos. Essa festividade se dá em especial na comemoração do aniversário do assentamento e na festa de encerramento do ano escolar.

O acesso a alimentos pode ser garantido em grande parte no próprio lote, e conhecer as negligências dos agricultores em relação a estas práticas de autoconsumo é importante para compreender-se a fragilidade da reprodução social desta categoria social. A resistência dos agricultores em ficar no rural reside, em grande parte, nas estratégias alimentares que conseguiram criar e re-criar ao longo do tempo. Entretanto, é interessante observar que as especializações agrícolas sempre estiveram presentes desde o primeiro ano de assentamento, contribuindo para determinar a cultura alimentar, que hoje inclui até mesmo o manejo de hortas semelhantes ao sistema produtivo comercial. Esse fato é uma contradição à condição que eles buscavam quando decidiram participar das ocupações de terra sob a idéia de autonomia, que obrigatoriamente passa pela noção de segurança alimentar.

4.2 O (re)organizar da produção e sua relação com a dimensão alimentar

Os assentamentos de reforma agrária são espaços caracterizados por sujeitos oriundos de conflitos pela propriedade da terra. A condição de assentado envolve uma série de questões pertinentes a uma nova realidade a que agora eles fazem parte, como, por exemplo, a utilização da área do assentamento e do lote, assim como as novas relações sociais que podem se estabelecer.

A partir da criação do assentamento, a vida dos agricultores assume uma nova realidade, surgindo novas redes de sociabilidade, em que os assentados (re)fazem e (re)constroem uma nova dinâmica social, na qual a população assentada será marcada pelas estratégias de reprodução da unidade familiar (LEITE et al., 2004). As diversidades de saberes, experiências e valores familiares presentes em um assentamento de reforma agrária são inegáveis, porém, estes espaços são passíveis de transformações, tendo em vista a posse da terra e as decisões individuais dos assentados em relação à essa terra. Entretanto, os valores construídos no período de acampamento, quando a manutenção do grupo familiar se sustenta a partir do trabalho na terra, consistem em uma das ideias principais que norteiam a nova realidade que está sendo construída. Essa construção, decididamente, passa pela questão da forma com que os assentados irão organizar sua produção agrícola no interior do lote, pois é a partir dessa organização que os assentamentos rurais podem dar continuidade à reprodução social familiar no lote, graças à garantia de certo nível de autonomia.

A consolidação de uma organização produtiva que atenda também as demandas alimentares do grupo familiar contribui para concretizar a história e a dinâmica da família e do assentamento. No caso dos assentamentos alvos do presente estudo, em que as famílias viveram num contexto de adaptação e re-estruturação das suas práticas agrícolas, é válido destacar que *o pensar, decidir e agir da organização produtiva* foi determinante para as condições de segurança alimentar. Existem assentados que continuam com o interesse em se manter na estrutura organizativa da produção que ainda inclui as estratégias de segurança alimentar com fins de manter suas famílias, entretanto há outros assentados que se submetem a atender outras demandas, em que a dimensão alimentar não está nas prioridades.

A forma de organizar a produção pode representar os interesses e a maneira com que os assentados se enxergam no meio rural: como agricultores ou como produtores. Poderia-se dizer que os *agricultores* têm como prioridade a produção de *alimentos*, ao passo que os *produtores* têm como meta a produção de “commodities”. Sob este aspecto, Balem e Silveira (2005) também diferenciam agricultor de produtor: enquanto o segundo é fruto de um padrão definido pela indústria que tem a função de tornar o processo produtivo homogêneo, desvinculando-se dos processos naturais, o primeiro é fruto de uma construção social, em que suas construções históricas estão relacionadas com sua relação com a natureza e com os processos culturais e sociais locais.

Essa questão deve ser enfatizada pelo fato que, na prática, a dimensão alimentar está implícita nessa diferenciação, em que a organização da produção, que vise incluir determinadas estratégias de segurança alimentar em sintonia com as condições naturais em que o agricultor está inserido, está ligada ao conceito de agricultor. Assim, a produção agrícola ganha sentido não apenas por seu significado econômico, mas também por seu conteúdo social, seja na garantia da segurança alimentar, ou redes de sociabilidade que garantam o tecido social (CARNEIRO, 2009).

A organização agrícola pode ter uma orientação que tenha como prioridade atender o mercado agroalimentar, e, nesse caso, necessariamente as famílias provocarão mudanças nas suas práticas agrícolas, ou seja, no *seu pensar, decidir, agir*, que compõe o conhecimento empírico que acumularam por um longo período da vida. Sobre esse aspecto, Carneiro (2009) associa que as mudanças na organização da produção provocam uma alteração também no ritmo de vida e na dinâmica local, surtindo efeito na produção-consumo de alimentos.

No que tange às transformações da organização agrícola, no universo das mulheres rurais, considera-se que a aquisição de alimentos está vinculada a uma noção de praticidade. A diminuição do tempo dedicado às atividades agrícolas que tenham finalidade o consumo doméstico libera as mulheres para outras atividades, como os cultivos comerciais. Muitos alimentos como frango, queijo, panificados e hortaliças, que poderiam ser cultivados no lote, hoje são adquiridos em redes de supermercados. Assim, estabelece-se um processo inverso ao que seria comum de se observar no mundo rural e, especialmente, nos assentamentos rurais: as famílias assentadas se deslocando até os centros urbanos para comprar alimentos. O

comum seria a produção de alimentos no próprio lote, garantindo a dieta das famílias, sendo os seus excedentes deslocados até os centros urbanos para a comercialização. Esta estratégia teria potencial para gerar um incremento de renda, com a manutenção de receitas e práticas para garantir a diversidade alimentar nos assentamentos.

No caso específico dos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, pode-se citar a visita semanal da “caminhonete do pão”, ou do “caminhão das verduras” entrando e comercializando alimentos com certo grau de naturalidade de quem os compra, ou seja, as famílias assentadas. Assim, os alimentos não têm mais a direção do assentamento para a cidade, e sim da cidade para o assentamento. Esta observação empírica que difere totalmente da discussão acima, o que deveria ser motivo de preocupação tanto para as entidades de assistência técnica e extensão rural quanto para a Academia.

As transformações ocorridas na organização do tempo e do espaço dos assentados indicam uma nova forma de se relacionar com o seu mundo, em que a re-construção da noção de autonomia segue qualquer outra referência, que não tem na garantia da reprodução social a sua máxima prioridade.

Nos assentamentos de Santa Rita e Sepé Tiarajú, atualmente, perante um agroecossistema conhecido (passados mais de vinte anos da implantação dos assentamentos), observa-se a desvinculação da ideia de sobrevivência por meio do trabalho na lavoura. Essa ideia é bem expressa na fala dessa assentada.

Eu já trabalhei bastante, hoje eu não tenho mais vontade de trabalhar na lavoura, de fazer as coisas pra casa ou pra vender. Hoje dou graças a Deus de ser aposentada, ter um dinheirinho pra mim viver e comprar comida. A preocupação de produzir a gente sempre teve, mas as coisas não dão certo. A gente vai desistindo (Entrevistada 4, SR).

É verdade que o desconhecimento das condições do agroecossistema encontrado pelos assentados, logo na chegada na área, contribuiu para afetar o trabalho na terra. O reconhecimento que aquelas condições de clima (muito vento) e solo (nem todos os cultivos se adaptam) eram diferentes das condições das suas regiões de origem levou muitos assentados a não produzirem certos cultivos, em especial o feijão. Entretanto, hoje, já conhecendo as condições da região, percebe-se que não houve uma nova tentativa de incluir cultivares adaptadas àquelas condições.

Assim, logo no segundo ano, as sucessões de especializações com base primeiramente no trigo, em seguida na soja e, depois, na produção de leite, sugerem uma preocupação dos assentados em participar do mercado já estruturado na região. Hoje, os dois assentamentos apresentam uma organização de produção comercial, com predominância da produção de leite e, em menor importância, do cultivo da soja.

A soja ainda aparece para os assentados com a perspectiva semelhante do passado: com a esperança de um bom retorno financeiro em um ano em que o preço estiver em alta no mercado. Há uma expectativa de que esta atividade será a responsável pela transformação de dimensão econômica dos assentados. Enquanto isso não acontece, a produção de leite aparece como aquela atividade que mantém as famílias com uma renda fixa mensal. Os assentados sabem que a venda do leite garante uma renda que pouco sofrerá com ações externas, mesmo percebendo o baixo valor pago pelo produto. “O dinheiro do leite dá pra gente se manter, dá pra sobreviver. É pouquinho, mas a gente sabe que é seguro” (Entrevistada 4, SR).

Mesmo que a atividade leiteira tenha destaque na organização e na economia dos assentados, já há um longo período, não há uma estrutura própria dos assentados estabelecida para coleta, resfriamento e comercialização do produto. Existe a cooperativa dos assentados, a COOPERCIPÓ (Cooperativa de Capão do Cipó), cujas fortes disputas políticas internas propiciaram desentendimentos e uma clara divisão: um grupo que ainda comercializa o leite pela Cooperativa, e outro grupo, em maior número, insatisfeito, optam por vender o leite diretamente à outra cooperativa da região¹⁸. Portanto, a Cooperativa, que poderia ser atuante perante os cooperados, decidindo através de reuniões e assembleias as melhores negociações para o grupo, hoje se apresenta fragilizada, com poucos filiados e com uma resistência muito forte dos assentados em participar das questões decisórias.

Assim, grande parte das áreas dos lotes dos assentamentos está com predominância de pastagens para o gado leiteiro e, uma parte menor, com o cultivo de soja.

Mesmo que no primeiro ano de assentamento se tenha dado certa prioridade às estratégias que abasteciam a família, logo em seguida, no segundo ano, as especializações agrícolas passaram a tomar grande parte da atenção, do tempo e

¹⁸ Os assentados que não vendem o leite através da COOPERCIPÓ canalizam o produto para uma cooperativa do município de Ijuí.

da dedicação dos assentados. “Nós viemos na década de 1980, bem no auge da modernização; na época, a soja estava em alta, tinha soja até nos corredores, na beira de rio. A gente achava que ia virar granjeiro também, porque as granjas estavam dando dinheiro” (Entrevistado 2, SR).

No que tange aos cultivos para abastecimento do grupo familiar, no assentamento Santa Rita, os entrevistados relatam que a “falta de mão de obra”, em virtude da juventude estar saindo do assentamentos, é a responsável pela limitação na diversificação dos cultivos para o consumo da família. Neste caso, buscaram nas atividades comerciais a garantia de uma fonte de renda. Entretanto, é válido dizer que, na amostragem de entrevistas, identificaram-se duas famílias no assentamento Santa Rita (Entrevistas 01 e 06) que passaram a priorizar as atividades de sustento doméstico, justamente pela falta de mão de obra e pela idade avançada de seus membros. Ou seja, diferem das outras famílias entrevistadas pela opção de produzir para consumo, frente a uma realidade que estava se apresentando: a saída dos filhos do assentamento, desequilibrando a quantidade de mão de obra, e o envelhecimento dos assentados.

“A gente já trabalhou tanto [risadas]. E hoje a gente não consegue mais trabalhar, estamos velhos. Tem só uma hortinha com uns temperinhos” (Entrevistada 5, SR). Não se pode negar que a idade avançada dos assentados impede um trabalho de caráter mais penoso. “Hoje do jeito que as coisas tão indo, do jeito que as coisas estão ficando, eu não sei o que vai ser de nós. Porque estamos velhos, quase não tem mais gente nova” (Entrevistada 7, SR). Observa-se a preocupação deste assentado sobre a indefinição do futuro do lote. Dos entrevistados, constatou-se que, no assentamento Santa Rita, existem agricultores com idade mais avançada, em relação ao assentamento Sepé Tiarajú.¹⁹ No assentamento Santa Rita a idade avançada e a juventude querendo “uma vida melhor” (Entrevistado 2, SR), indo buscar nas cidades vizinhas um futuro diferente, aparecem como o argumento para negar a diversificação como uma estratégia de segurança alimentar, enquanto no Sepé Tiarajú aparece a “falta de recursos para investir” como a principal limitação. Comparem-se os depoimentos:

Hoje o pessoal está envelhecendo e se aposentando, e por isso está abandonando as plantações, está abandonando o trabalho lavoura. Nem

¹⁹ Dos assentados entrevistados, a média geral de idade é 75 anos.

pra comer [...] produzem mais! O pessoal mais novo está saindo também. Não querem ficar. E não deveria ser assim. Nós aqui já estamos velhos, mas as coisinhas ainda queremos fazer, pra gente se manter, pra gente viver. E a gente sabe que essas pessoas que pararam com tudo [com o trabalho] pra viver de aposentadoria chamam a gente de burro porque ainda trabalhamos na terra (Entrevistada 01, SR).

Meu maior problema é plantar sem ter um incentivo. Estou lidando com as vacas só pra pagar o banco. Daí eu vendo o leite e soja pra pagar o banco, daí pego dinheiro no próprio banco pra plantar de novo. Então fica muito difícil pra gente melhorar, pra gente fazer outras coisas. Eu tenho aquela hortinha alí, está mal. E essas poucas galinhas aí que tu estás vendo. (Entrevistado 11, ST).

Em relação à “falta de incentivo” relatado no assentamento Sepé Tiarajú, constatou-se um forte sentimento de dependência dos assentados em relação a projetos de financiamento que possam trazer recursos e que interferem na decisão de organizar seu tempo e seu espaço produtivo. Pois “a falta de recurso” ou “de incentivo do INCRA” está impactando as famílias de modo que a fazê-las abandonar certas práticas agrícolas pelo sentimento de abandono do Estado. “Acho que se viesse um recurso pra mim, se o INCRA nos ajudasse, eu iria conseguir produzir” (Entrevistado 12, ST). Essa noção de falta de incentivo está de fato interferindo nas decisões dos assentados, em como organizar sua produção, dada a *falta de recurso financeiro*, discurso que se tornou corriqueiro neste assentamento. Desse modo, a garantia de reprodução social, que está ligada à forma com que a família organiza sua produção, é diretamente atingida pela negligência dos assentados em diversificar a produção de alimentos em virtude desse discurso de “falta de recurso”.

O próprio meio natural, que tradicionalmente representaria para o agricultor um potencial a ser explorado para satisfazer, em grande parte, as necessidades alimentares, parece hoje estar sendo uma fonte de aprisionamento, em que o trabalho na lavoura está ligado à penosidade e ao endividamento. “Eu já tentei sair daqui, mas não consegui. A vida aqui é difícil, fico porque é mais barato, a gente gasta menos” (Entrevistado 11, ST).

Nesta discussão a respeito da organização da produção, há necessidade de se contextualizar a atual situação das hortas e das criações de animais, com fins de compreender as prioridades das famílias assentadas.

No assentamento Santa Rita, o tamanho médio das hortas é de 20 m², com predominância de cebola e couve. As hortas não parecem ter um significado de orgulho e prestígio entre os assentados. Na hora de apresentar este espaço, os

assentados se desdobravam em explicações pela baixa diversidade de hortaliças. “Antigamente, eu plantava cenoura, beterraba, pepino, tudo que era salada, mas agora a terra está muito ruim (Entrevistada 08, ST)”.

Na área destinada aos pomares, identificou-se a predominância de bergamota e laranja. Entretanto, as duas famílias que optaram por manter a produção de alimentos para consumo doméstico apresentam uma diversidade muito maior tanto na horta como no pomar, a saber: bergamoteira, laranjeira, videira, pêssegueiro, limoeiro, ameixeira, caquizeiro, figueira, guabijuzeiro, butiazeiro, romanzeira e fruta do conde.

No assentamento Sepé Tiarajú, as condições não são muito diferentes. O tamanho das áreas destinadas às hortas é um pouco maior, em torno de 50 m², ganhando destaque os cultivos de alface, cebola e couve. É importante destacar que, no assentamento Sepé Tiarajú, foi comum visualizar espaços físicos destinados às hortas, porém, sem nenhum tipo de cultivo, ou então apenas com poucas ervas medicinais. No espaço do pomar, assim como no assentamento Santa Rita, há predominância do cultivo de laranjeira e bergamoteira. É importante ressaltar, que nos dois assentamentos, a mandioca é um cultivo que aparece em boa parte dos lotes, sendo marcante na organização da produção.

Assim, os espaços destinados aos cultivos em hortas domésticas e pomares aparecem mais como um resquício de um passado que tinha como primazia manter a diversidade de alimentos para família. Daí resulta a realidade de hoje, isto é, de um rural não mais marcado pela imagem de abundância e diversidade de alimentos.

Essas duas estratégias (hortas e pomares) ainda presentes nos lotes, porém debilitadas, contribuem para mascarar uma realidade de empobrecimento alimentar das famílias assentadas. Ou seja, mesmo algumas famílias produzindo apenas cebolas em suas hortas e laranjas no pomar, podiam dizer “**Sim!** Nós temos horta e temos pomar! (Entrevistado 12, ST)”. Na constatação prática, entretanto, observa-se que as “hortas” existentes cumprem papel pouco relevante na alimentação das famílias entrevistadas.

Quanto às criações animais, estas aparecem igualmente debilitadas. A criação de galinhas apareceu com baixo número por família no assentamento Santa Rita, perfazendo uma média geral de 15 aves por família. A produção de suínos apareceu apenas em duas famílias, justamente naquelas que optaram por consolidar as estratégias de segurança alimentar, e que hoje produzem basicamente

para consumo próprio. Enquanto no assentamento Sepé Tiarajú, do total de entrevistados, nenhuma família tinha produção de suínos, com exceção do “comprador”, também este com baixo número de aves, com média de 15 aves.

Sobre a criação de animais, no assentamento Santa Rita, observou-se que as famílias superestimam a quantidade de animais. Mas, ao final da entrevista, quando era solicitado para ver o local onde ficavam os suínos, estes apareciam sempre em número menor do que os entrevistados tinham acabado de relatar. Com a superestimação nesses depoimentos, pode-se analisar que há uma preocupação com a imagem que o lote deve transmitir: uma unidade produtiva diversificada, que garanta o sustento da família, e, ainda, com mão de obra da família. Entretanto, a debilidade desta estratégia significa um motivo de embaraço e desconforto para os assentados na presença de um visitante que se dispõe a observar “in loco” as produções para autoconsumo.

Para encerrar essa seção, há necessidade de se discutir o processamento caseiro de alimentos. Esta estratégia alimentar, que, em certa medida, foi suprimida ao longo do tempo, poderia representar uma interessante retomada na diversificação de produtos alimentares para as famílias. Quando questionadas sobre a possibilidade de se fazer queijo a partir do leite que elas mesmos produzem, as famílias reagiam afirmando que dava muito trabalho. Não se encontram, atualmente, nos assentamentos, os mais diversos tipos de alimentos que poderiam ser processados a partir do leite, que sejam do gosto e da cultura desses assentados.

Entretanto, há no assentamento Santa Rita o moinho para processamento de farinhas de milho e trigo, construído a partir do investimento do Programa Terra Sol (INCRA), em 2006. Com a construção do moinho, desencadeou-se a possibilidade de atender ao consumo doméstico das famílias e à fabricação de ração para os animais, e, ainda, de estimular uma atividade empreendedora na diversificação produtiva. Ressalta-se que, mesmo estando o moinho instalado na área do assentamento Santa Rita, os demais assentamentos de Capão do Cipó têm direito a sua utilização para processamento de seus produtos.

No entanto, um dos primeiros limitantes para a inauguração e operação do empreendimento foi colocado pela proibição da Licença Ambiental, tendo em vista as enormes áreas de Área de Preservação Permanente (APP) sem vegetação dos assentamentos. Assim, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM/RS) condicionou a Licença de Operação do moinho à elaboração de um Plano de

Compensação Ambiental (PCA) visando à regularização e recuperação das áreas de APP com fins de liberar a operação do moinho²⁰. Hoje, o moinho está processando farinha, porém, em caráter experimental, e sobre esta questão são válidas algumas ponderações.

Como o moinho está em caráter experimental, as famílias estão processando farinhas de milho, mandioca e batata-doce, que são utilizadas na elaboração de bolachas e pães. As mulheres assentadas estão resgatando antigas receitas e práticas de família que contêm esses ingredientes. Assim, o início das atividades do moinho poderá contribuir para as assentadas retomarem o processamento de alimentos, tendo nos panificados a motivação, que, talvez, poderá se estender ao início do processamento dos derivados do leite. Isto é uma possibilidade interessante, dado o enfraquecimento das estratégias de segurança alimentar destes assentamentos.

É importante ressaltar que não há, hoje, grãos de milho ou trigo nos assentamentos para processamento na estrutura do moinho, surgindo, inicialmente, a ideia de comprar estes produtos de agricultores da região. Este é um fato que gera estranheza não somente para quem visita estes assentamentos, mas também para os próprios assentados. O fato de as famílias estarem moendo mandioca e batata-doce ainda em pequena quantidade está contribuindo para as famílias repensarem sua organização. “Imagina só, o moinho começando a funcionar, e o pessoal tendo que compra pra moer. As pessoa vão ter que plantar” (Entrevistada 01, SR). Esse é um comentário de uma assentada que já se utiliza das instalações do moinho e que passou a fazer algumas broas e bolachas a partir da farinha de mandioca e de batata-doce.

Com o início do funcionamento do moinho, está tendo início, também, a criação de pelo menos duas grandes expectativas: quanto à produção de matéria-prima, grãos de milho e trigo, a qual não é realidade destes assentamentos; e também de gestão, pois a proposta, que pressupõe uma ação coletiva, mostra-se

²⁰ É importante ressaltar que hoje há um trabalho que busca atender a exigência da FEPAM e colocar o moinho em funcionamento. Este trabalho vem sendo desempenhado por um grupo conveniado entre UFSM e INCRA, denominado SOMAR. O SOMAR constitui-se enquanto um núcleo de assessoria técnica aos empreendimentos que receberam investimentos do Programa Terra Sol nos assentamentos do RS. Tal grupo vem trabalhando juntamente com os assentados, alunos de graduação e pós-graduação do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER/UFSM) no Plano de Compensação Ambiental para recuperação das áreas de APP. Maiores informações no site: www.terrasolrs.com

como um grande desafio aos assentados, tendo a atual circunstância de produção de cada família, em que estão habituados com pensar e agir individualmente.

Assim, a organização da produção vai tomando outros rumos, perdendo uma referência essencial ao mundo dos agricultores no que se refere à autonomia das famílias, autonomia esta que passa, obrigatoriamente, pela prioridade em manter a diversidade alimentar e a produção para autoconsumo. A troca de uma prioridade, (como as estratégias de segurança alimentar) por outra, neste caso a busca por maiores níveis de renda, entra em sintonia com referenciais próximos às prioridades dos sujeitos do meio urbano.

4.3 A reprodução social das famílias assentadas: entre o discurso da base e as concepções da Via Campesina

Os assentados de reforma agrária, sob orientação da sua cúpula, que no Brasil é representada pelo MST e em nível internacional, é representada pela Via campesina, têm uma clara orientação das prioridades que deveriam ser atendidas logo após a “conquista da terra”. E nessa orientação é ressaltada a manutenção do equilíbrio com o mundo natural, extraindo, por meio do seu trabalho, a prática da agricultura, os alimentos necessários para sustento do grupo familiar.

Para a Via Campesina, a manutenção de uma relação entre os grupos sociais do meio rural com a natureza é responsável pela construção da história da humanidade, e pelo seu progresso no mundo com certo grau de autonomia (VIA CAMPESINA, 2009).

La continuidad de la agricultura campesina, fuerte, autónoma, dinámica y diversificada, depende de la capacidad del campesino y de la campesina de conocer, rescatar y producir alimentos saludables (VIA CAMPESINA, 2009).

E para este equilíbrio é necessário que os agricultores coloquem em prática seus conhecimentos empíricos, tradicionalmente construídos pelos seus antecedentes e pela sua observação do agroecossistema, processo esse que estabelece uma relação intrínseca entre os assentados e o seu ambiente.

Sabe-se que a humanidade teve condições de se sustentar e se expandir graças ao homem observar e se entrosar com o meio natural, buscando sua sobrevivência, a partir dessa observação e da aplicação dos conhecimentos gerados a partir das suas experiências. O aperfeiçoamento desses conhecimentos contribuiu, gradualmente, para determinar a forma com que os agricultores se relacionam com o meio natural, com fins de obter seus alimentos e outras matérias primas necessárias para a sua sobrevivência.

A esse respeito, em meio ao discurso da Via Campesina, é importante ressaltar que esta recomenda aos assentados de reforma agrária a utilização de sementes crioulas como forma de “reconstruir la soberanía de los pueblos y mantener la vida en el planeta” (VIA CAMPESINA, 2009, p. 6).

A cúpula da Via Campesina compreende que se os agricultores mantiverem sob seu domínio a diversidade genética, através da produção e cultivo de sementes crioulas, manterão também um elevado nível de autonomia frente às adversidades que o meio rural pode trazer ao núcleo familiar. Afinal, a descoberta e a manipulação de sementes permitiram ao homem diversas possibilidades de expansão e desenvolvimento sócio-econômico. A modificação da estrutura organizativa (a desestruturação das especializações), a substituição de insumos de síntese química pelos manejos orgânicos, além da adequação dos seus conhecimentos à realidade local, são também orientações pertinentes da cúpula (Via Campesina, 2011) em relação à garantia da produção de alimentos. Assim, o sistema alimentar de hoje, baseado em especializações e dominado por corporações agroalimentares, é fortemente criticada pela Via Campesina²¹.

O documento recente divulgado pela Via Campesina, em que a entidade faz alguns apontamentos sobre *porque a Agricultura Campesina tem condições de produzir alimentos para abastecer o mundo*, é finalizado com a seguinte demanda, dentre outras, dos agricultores campesinos:

Amplia ejecución de políticas a favor de la soberanía alimentaria como son la protección de mercados locales del dumping, la lucha contra el

²¹ A Via Campesina discute os sistemas agroecológicos como necessários e fundamentais para construção da soberania alimentar dos povos e das nações. Entretanto, o tema de agroecologia não se apresenta como central nessa dissertação, por isso não será discutido. Mas é importante fazer essa ressalva, pelo fato da Via Campesina apresentar a agroecologia como proposta não somente para o meio rural, mas como para toda a sociedade. A agroecologia apresenta um modelo de desenvolvimento ecologicamente equilibrado, com justiça social, viabilidade econômica e culturalmente diversificada (VIA CAMPESINA, 2011).

acaparamiento y especulación por parte de las corporaciones, la definición de sistemas para garantizar precios justos para la producción campesina de alimentos, y para los consumidores (VIA CAMPESINA, 2011, p. 16).

Portanto, a Via Campesina transmite a ideia de que os alimentos são uma fonte de vida e não um simples produto comercial, entretanto é válido ressaltar que os fatores externos, tais como políticas públicas afetam a decisão dos agricultores. Ou seja, a prioridade em manter uma fonte diversa de alimentos é um dos princípios que esta entidade defende, repassando para os assentados de reforma agrária recomendações sobre como organizar suas produções agrícolas, as quais deveriam incluir as estratégias de segurança alimentar.

Assim, a Via Campesina apresenta um claro princípio de garantia da manutenção dos agricultores a partir do seu trabalho na terra, intimamente conectado com o meio rural. E para isso acontecer é necessária a adoção de estratégias de segurança alimentar que, para a Via Campesina (2011), implica no cuidado e no uso sustentável dos recursos naturais, especialmente da terra, da água e das sementes, preservando dessa forma a diversidade ecológica.

Neste sentido, a organização produtiva, que contempla a dimensão alimentar baseada na diversidade das atividades e cuidado com o ambiente, contribui para a luta maior da Via Campesina, que se refere à soberania alimentar. Ou seja, *o pensar e o agir* a unidade produtiva é central para identificar se os assentados estão seguindo as orientações derivadas da sua cúpula, analisando os possíveis avanços, retrocessos e contradições do assentamento.

No contexto dos assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, os assentados se referem ao movimento da luta pela terra como algo “fracassado”. Para os assentados do assentamento Santa Rita, “depois de ser assentado, a realidade muda, porque os interesses mudam, e os objetivos não são mais os mesmos do período do acampamento” (Entrevistada 02, SR). Ou seja, a luta em comum, que se refere à conquista da terra no período de acampamento, é transformada em interesses e prioridades particulares no período posterior a ser assentado.

Entretanto, mesmo com seus entraves e suas limitações, esses assentados entendem que a “luta” deve continuar, mesmo “fracassado”, porque ainda há pessoas para serem assentadas.

Eu penso que a luta continua, só que o pessoal não é mais organizado como antigamente. O Movimento está muito fracassado, as pessoas do Movimento fracassaram. Comparando com o período que a gente chegou, está muito diferente. Mas, ele deve continuar, mesmo assim fracassado, com seus problemas. Porque se parar, vai ser pior, e tem muita gente ainda para ser assentada (Entrevistada 06, SR).

No assentamento Sepé Tiarajú, os assentados enxergam o Movimento também como fracassado, porém, com um sentimento de agradecimento pela oportunidade de conquista da terra. É importante ressaltar que todo o tempo de diálogo e entrevistas os assentados se referiam ao MST e a Via Campesina como “o movimento”, ou então “agradecemos ao movimento”, transmitindo uma ideia de que eles não fazem mais parte das lutas travadas pela Via Campesina. Outro discurso que ajuda a reforçar essa ideia é o fato de as famílias afirmarem que tanto o assentamento Santa Rita como o assentamento Sepé Tiarajú apresentam “em parte vínculo com as reivindicações do MST”, o que parece representar que as famílias se sentem muito distantes das orientações e da realidade vivenciada pelo MST e pela Via Campesina.

A decisão de ir acampar em um momento de dificuldades da família foi à chance de recomeçar sua vida em terras próprias, e o Movimento propiciou isso. Ou seja, há entre esses assentados do assentamento Sepé Tiarajú uma boa referência e o reconhecimento de uma proposta e de organização do passado, mas que hoje se apresenta à sua base como um movimento que falhou na sua proposta de transformação social.

Eu acho o movimento importante porque, se não fosse ele, muitos de nós não teríamos nem onde morar. E muita gente ainda precisa dele. É verdade que agora não está mais como antes, porque nós não somos mais irmãos como a gente era lá no acampamento. A gente era mais humano, mais irmão, dividia as coisas, até comida. Hoje não tem mais isso. Tu vê, a gente aqui produz veneno. É veneno pra todo lado. Então, eu acho que o Movimento fracassou bastante (Entrevistado 14, ST).

Com essa constatação de que para os assentados a luta do Movimento “está fracassada”, abre-se uma lacuna na sua forma de *pensar* a produção do lote. Pois, sem a referência ou com um descrédito na luta da Via Campesina, não há como haver um compromisso das famílias sobre inclusão das orientações da cúpula sobre segurança alimentar na sua organização diária. Orientações essas que passam pela exploração agrícola em sintonia com o meio natural, com a cultura dos povos e com

a satisfação de trabalhar a terra. Para a Via Campesina (2011), “la identidad campesina se expresa en el modo de vida, en los hábitos de alimentación, en la cultura, en la manera de producir y de cuidar de la tierra. Para el campesino y la campesina, la tierra es el lugar de reproducir y cuidar la vida.”

Ou seja, as famílias não têm um sentimento de dever a ser cumprido após serem assentadas, como, por exemplo, organizar sua produção agrícola com base na diversificação e aplicar os conhecimentos sobre manejo ecológico. Assim, novos valores em relação à sua realidade de assentados vão aos poucos sendo reconstruídos.

Neste contexto, é interessante trazer a noção que “os compradores” têm a respeito das orientações emanadas pela Via Campesina, sendo exaltada a antipatia estabelecida entre esses dois grupos: os assentados e os compradores. Observe-se a fala desse “comprador”:

O MST [silêncio], ahhh, é uma história esse MST. **Eu sou contra!** Só que eu tenho que ficar calado, mas eu sou contra. Porque eles só falam do grande latifundiário, e se não fosse o grande, nós já tínhamos morrido tudo de fome. Esse granjeiro que está aqui do lado, compra uns 30 mil sacos de adubo por safra, duas vezes por ano. E eu pergunto: quanto de imposto ele está pagando? A produção de soja dele dá entre 300 e 350mil sacos, fora o milho, fora o trigo, fora os bois. Quanto de ICM ele está pagando? Quanto de Fundo Rural? E o MST está contra essa gente! (Entrevistado 15, ST).

Observa-se uma diferença de discurso, uma clara distinção sobre como os assentados enxergam o Movimento, mesmo com seu “fracasso”, e como o “comprador” visualiza o MST. Os compradores têm uma posição clara em relação a função que a unidade produtiva deve ter: produzir grãos para o mercado. Entretanto, é importante destacar que, mesmo que esses dois grupos tenham suas divergências em relação à função social da terra, os assentados também estão priorizando o atendimento do mercado agroalimentar, mesmo que seu discurso seja de agradecimento e reconhecimento ao MST em virtude da conquista da terra²². Mesmo os assentados se vendo distantes das lutas da Via Campesina, estabeleceu-se uma relação diferente dos que compraram o lote. Tais “compradores” não passaram pela estrutura de um acampamento em que a compreensão da luta pela

²² Essa constatação se dá pela análise da organização da produção, discutida na seção 2 deste capítulo.

terra passa por uma noção de sobrevivência, um dos princípios norteadores para os assentados.

A gente fala para os compradores [...] que, se eles tivessem lutado que nem nós, e viessem hoje junto batalhar com a gente, eles jamais iam falar mal de nós. Eles pagaram uma mixaria por essa terra, e eles tinham que dar mais valor. Tem gente que comprou 20 hectares aqui, e pagou uma merreca. Eles dizem que derramam muito suor trabalhando a vida inteira, mas tem gente que derramou sangue para conquistar essa terra. Eles não sabem o que foi a nossa luta (Entrevistada 8, ST).

Nas estratégias de segurança alimentar, é importante analisar a preocupação que as famílias assentadas têm em repassar isso aos seus filhos, como forma de garantir futuramente a permanência da juventude no lote. Mesmo na atual situação de saída dos jovens desses assentamentos, os pais ainda se mostram esperançosos que os filhos retornem ao meio rural para assumir a unidade de produção.

No assentamento Sepé Tiarajú, há um discurso claro sobre o trabalho penoso que são as atividades agrícolas. O motivo que incentiva as famílias a permanecerem no meio rural se dá pela falta de perspectiva que o meio urbano oferece. Para eles, a decisão em ficar no lote se deve em grande medida pela “falta de estudo”, e não pela garantia de sobrevivência da família a partir do seu trabalho, ou pela identificação em trabalhar na agricultura.

Eu prefiro que meus filhos fiquem aqui porque ir pra cidade é sofrer. Na cidade tudo é diferente, é tudo muito caro. Eu já fui, me dei mal e voltei. Mas eles não querem saber, já estão falando em ir logo pra cidade (Entrevistada 4, SR).

Outra entrevistada relata que no meio rural “não existe atrativo que proporcione aos jovens optarem por ficar trabalhando com os pais” (Entrevistada 2, SR). Ou seja, a perspectiva de ficar no lote não se deve pela identificação e pelo sentimento de pertencimento ao meio rural, mas sim por outros elementos, como a possibilidade de desemprego ou outras mazelas que o meio urbano pode vir a oferecer. No entanto, mesmo com essa possibilidade, os filhos dos assentados arriscam-se a sair do lote em direção às cidades, mostrando pouco interesse em continuar apreendendo as práticas agrícolas, entre elas, as mais tradicionais que podem ser decisivas para garantia do grupo familiar no meio rural.

Entretanto, vale registrar que, no assentamento Santa Rita, duas famílias²³ relataram que querem continuar no lote e desejam que seus filhos também o façam, de modo a perpetuar a agricultura, de viver a partir do trabalho agrícola e ainda continuar próximo às lutas que o Movimento faz.

[...] nós estamos enraizados aqui. A gente está conseguindo se sustentar do que produzimos. Os nossos filhos vão continuar aqui, tocando o que a gente começou, dando continuidade para a agricultura e para o Movimento. Isso tudo aqui vai ficar pra eles [filhos], isso tudo aqui na verdade é a vida deles (Entrevistado 1, SR).

Quanto à preocupação em repassar as técnicas agrícolas relacionadas às estratégias de segurança alimentar, os assentados relatam sobre a tentativa de transmitir esses conhecimentos aos filhos e netos, porém, essa juventude não aparenta estar interessada.

Eu tentava ensinar ela [a filha] a fazer as coisas para ela sobreviver daqui. Eu sempre incentivei. Mas ela nunca quis aprender. Tanto que hoje ela mora na cidade. E a gente sabe que na cidade não é nada fácil. Aqui no interior ela teria condições de viver diferente (Entrevistada 4, SR).

Ou seja, nesse ponto de permanência no lote há uma diferença de discurso. É verdade que esses assentamentos não oferecem uma estrutura convidativa e nem incentivos aos jovens para permanecer no lote. Mas é preciso fazer uma distinção se a juventude anseia por atrativos do meio urbano ou se deseja manter um modo de vida com os conhecimentos e a realidade que os pais buscaram ensinar. “A juventude gosta de festa, de namorar, de teatro, de cinema, de cultura, de receber um dinheirinho por um trabalho, e aqui não tem nada disso” (Entrevistada 2, SR). Na fala dessa assentada, se observa que o meio urbano se tornou referência de “vida melhor” para a juventude.

Assim, é possível observar uma transformação no que, de fato, é importante para estas duas gerações: a dos pais, assentados há mais de vinte anos, e a dos jovens, que buscam viver uma realidade diferente, através de uma fonte de renda que vislumbram na cidade. Observa-se que o núcleo familiar passa por transformações de interesses e de valores, sendo o meio urbano uma nova referência, em especial para os mais jovens, de garantia da sua reprodução social.

²³ Referente às entrevistas 1 e 6, as mesmas que produzem para fins de subsistência, conforme já analisado na seção 2 deste capítulo.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo surge a partir da necessidade de avaliar se os objetivos propostos nesta dissertação foram alcançados, bem como fazer alguns apontamentos das hipóteses discutidas com o trabalho de campo. Unir a proposta teórica com a realidade dos assentamentos encontrada no meio rural durante as entrevistas exigiu um esforço de conhecimento sistêmico sobre estes espaços, para possibilitar a compreensão das potencialidades e debilidades das estratégias de segurança alimentar adotadas pelas famílias assentadas. Visualizar *o todo*, sem perder de foco os objetivos deste trabalho, se fez necessário porque a realidade do meio rural extrapola a velha visão fragmentada de enxergar as problemáticas no meio rural, até então apreendidas na Academia. Compreender a segurança alimentar num contexto de totalidade da unidade de produção significa entender os interesses, as prioridades, as perspectivas, as transformações e as necessidades das famílias assentadas. É verdade que, muitas vezes, todos esses elementos não se manifestam de forma tão clara e objetiva durante as entrevistas, mas estão ali, de forma mais subjetiva, e cabe ao pesquisador ter a capacidade e a sensibilidade de compreendê-las, frente a um universo complexo, que é o meio rural.

Apesar de a discussão acerca da temática de segurança alimentar ser antiga, tendo começado no período pós guerra, percebe-se que, além de ser indefinida para diferentes segmentos sociais, é também um acúmulo de conhecimentos que caminha a passos lentos para a sua construção em nível de país. Longe de querer, com este trabalho, nortear conceitos ou modelos a serem seguidos na dimensão da segurança alimentar, ou indicar uma solução brilhante para as limitações que impedem os agricultores de continuar com suas antigas práticas que contribuem para garantir a reprodução social do grupo familiar, buscou-se discutir alguns processos que aparentam estar ocorrendo no meio rural e que têm sido motivo de reflexão e preocupação da autora.

Com o trabalho empírico, observou-se que a compreensão da realidade, mesmo tendo-se em mãos uma grande quantidade de informações oriundas das entrevistas e já conhecendo a realidade destes assentamentos, se mostrou tão difícil em um primeiro momento, quanto a própria complexidade inerente ao meio rural.

Como fruto do esforço teórico tem-se a reflexão sobre alguns elementos que envolvem a questão da segurança alimentar no meio rural hoje, e que poderá contribuir para as futuras definições de estratégias de desenvolvimento para estes assentamentos. Considera-se que, para proporcionar o desenvolvimento destas comunidades de famílias assentadas, há a necessidade de que estas tenham sob seu domínio, pelo menos, a dimensão alimentar. Este fato não se comprovou durante esta pesquisa.

Na dimensão da organização da produção, observou-se que, a atual, não é a mesma àquela verificada nos primeiros anos dos assentamentos. No que se refere às diversidades de atividades, notou-se o aumento do estrangulamento das antigas estratégias de segurança alimentar, tais como hortas, criações de animais (em especial aves e suínos), processamento de alimentos, produção e armazenamento de sementes crioulas. Esta última pode ter uma função de estimular as famílias a produzir seus próprios alimentos com referência nas práticas tradicionais e nos conhecimentos empíricos acumulados ao longo do tempo, além de ter uma baixíssima dependência externa. Por este motivo, a produção de sementes crioulas tem potencial de representar uma significativa importância nas estratégias de segurança alimentar.

Ao longo do tempo da vida dos assentamentos, foi possível observar uma progressiva transformação, que ainda está em curso, na lógica de reprodução social das famílias, voltando-se cada vez mais às especializações agrícolas e a busca por trabalho no meio urbano, notadamente pelos mais jovens, como forma de aumentar os níveis de renda. Este fato tem contribuído para as famílias mudarem a noção de prioridades na sua organização produtiva, tendo como argumento a “falta de mão de obra”, o que estaria obrigando os assentados a (re)organizarem sua produção. Assim, a saída de muitos jovens em direção à cidade mostra uma nova referência de qualidade de vida e de prioridades, fato que estimula a reflexão sobre essa transformação em curso nas unidades familiares de produção.

Entretanto, é importante ressaltar que essa transformação não é recente, tendo começado já há algum tempo, como será enfatizado na próxima seção.

5.1 Quanto às hipóteses

Esta pesquisa possibilitou comprovar que a organização da produção baseada nas diversidades agrícolas, que incluem as tradicionais estratégias de segurança alimentar, sofre influências das decisões dos assentados dado o abandono de valores e práticas típicos à essência de agricultor e, também, pela priorização de obter maiores níveis de renda, dada a sua relação cada vez mais próxima com o meio urbano e com os mercados.

No assentamento Santa Rita, as debilidades das estratégias de segurança alimentar estão demarcadas pelo envelhecimento da população assentada e, também, pela falta de mão de obra, ocasionada pela saída dos jovens para o meio urbano. Entretanto, essas debilidades já vêm ocorrendo há certo tempo, sendo que as estratégias tradicionais de segurança alimentar, que garantiam a reprodução social do grupo familiar, vêm sendo gradualmente abandonadas pelos assentados ao tentarem acompanhar o ritmo de desenvolvimento econômico imposto ao meio rural. A contínua adoção das tecnologias oriundas da agricultura industrial é reflexo desse processo de mudança.

É verdade que o envelhecimento dos assentados no assentamento Santa Rita é um fato perceptível e que, até certo grau, pode colaborar para diminuir a quantidade de alimentos produzidos, mas não deveria ser motivo para abandonar a prática de diversificação alimentar para a própria família. Ressalta-se que há necessidade de um equilíbrio entre a manutenção do grupo familiar no lote e sua relação com os mercados já estabelecidos, sendo, para isso, imprescindível a implementação de estratégias de segurança alimentar. Tendo em vista que as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores são social e culturalmente construídas por esta categoria social, o abandono dessas práticas configura a perda de características como o *saber-fazer* acumulado ao longo da história de vida desses sujeitos.

No assentamento Sepé Tiarajú, o argumento explicativo dos assentados para as debilidades da segurança alimentar se dá em torno da falta de incentivo financeiro pelo INCRA. Tal discurso representa uma condição de dependência e, até mesmo, de um certo grau de comodismo.

Com isso, pode-se afirmar que a primeira hipótese está demarcada: a) na fragilidade do processo de transmissão dos conhecimentos práticos da agricultura, na forma intergeracional. Isso quer dizer que está em curso uma diluição de algumas especificidades típicas de agricultor, como a identificação e o *orgulho* de pertencer ao meio rural e produzir alimentos, em especial pelos mais jovens; b) a organização do tempo e do espaço de acordo com a necessidade das atividades agrícolas. Os padrões técnicos adotados pelos assentados colaboraram para que *o pensar e o decidir* sobre a organização da produção passasse por um re-planejamento, em que o espaço físico e o tempo dedicado às atividades de segurança alimentar também diminuíssem.

Quanto à segunda hipótese, esta pode ser conferida nos novos interesses reconstruídos pelos assentados, como a busca de fontes de renda baseadas em atividades não agrícolas. Estes novos interesses foram observados na totalidade dos casos entrevistados, chegando a resultar na transferência da moradia de algumas famílias para a cidade. Frente a um mundo rural que, para os assentados, está carregado de adversidades, como por exemplo, o “trabalho pesado”, os baixos níveis de renda, a falta de mão de obra, a busca por novas fontes de renda que extrapolam o meio rural, aparecem como elementos que estimulam essa reconstrução de prioridades para o grupo familiar.

Assim, aquela imagem de um meio rural diverso, com atividades que garantiam uma produção de alimentos para autoconsumo, já não é mais a melhor representação para o contexto dos assentamentos rurais pesquisados, que hoje aparecem marcados por novos processos, que incluem, até mesmo, a postura dos agricultores frente à sua unidade de produção.

5.2 Quanto aos objetivos

Esta pesquisa buscou contribuir para a identificação das possíveis causas que limitam os agricultores assentados a incluir na sua organização produtiva estratégias de segurança alimentar. Além disso, o trabalho de campo permitiu destacar as possíveis potencialidades para a retomada de tais estratégias, o que será resgatado na última seção desse capítulo.

Os assentamentos Santa Rita e Sepé Tiarajú, em Capão do Cipó (RS), têm uma realidade, hoje, que aponta para uma re-organização produtiva, se comparada com os primeiros anos após a implantação dos assentamentos. As estratégias que asseguram a diversificação da dieta alimentar, em especial as hortas e a criações de animais e que se encontram atualmente debilitadas, são motivos de os assentados se sentirem desconfortáveis e/ou envergonhados. Determinadas estratégias, a exemplo de hortas e criações de animais domésticos, foram consolidadas por algumas famílias de forma tímida, fato que podendo ser observado por meio da baixíssima diversidade de cultivos, restringindo-se à produção de couve, cebola e tempero verde.

A organização da produção está fortemente calcada nas necessidades do mercado instalado na região, sendo que os espaços físicos destinados às produções de subsistência já estão cobertos pelo sistema produtivo comercial, chegando na maioria dos casos “ao redor da casa”.

No que se refere aos discursos, foi possível observar que a Via Campesina propõe aos assentados a prática de uma agricultura diversificada, em que a dimensão alimentar aparece como o carro-chefe dentre as lutas defendidas pela cúpula. A garantia da autonomia, em especial a alimentar, aparece como fruto do trabalho desempenhado no lote. Entretanto, observou-se, na realidade dos dois assentamentos estudados em Capão de Cipó (RS), que a imagem que os assentados têm da sua cúpula é de um Movimento que falhou ao longo do tempo, em particular, por não ter garantido o processo de reforma agrária, resultando no fato de ainda existem muitas famílias sem terra para serem assentadas. Outro fato marcante observado na análise dos discursos diz respeito aos assentados não se sentirem mais vinculados às lutas e à organização do Movimento. Nesse sentido, observa-se que não há uma obrigação e nem uma satisfação dos assentados em cumprir as orientações emanadas pela Via Campesina. Não se notou nenhum sentimento de orgulho e glória de *ser assentado*. O próprio fato de caminhar-se pelos assentamentos e não visualizar bandeiras, camisetas, bonés ou qualquer outro tipo de material visual que permita a sua identificação com o MST, poderia ser um indicativo desse sentimento e da concepção dessas famílias em relação às lutas do Movimento.

Essa questão é relevante porque, como já apontado anteriormente nesta dissertação, a garantia da alimentação representa a bandeira prioritária das lutas

travadas pelo MST. O fato de os assentados expressarem uma identificação débil com o discurso de sua cúpula sugere que pode estar havendo também um negação em relação às orientações de diversificação da produção para autoconsumo, manutenção e multiplicação de sementes crioulas, processamento caseiro de alimentos, uso de tecnologias com baixa dependência de fatores externos, dentre outras defendidas e recomendadas tanto pelo MST como pela Via Campesina.

Portanto, a realidade dos assentados de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, em Capão do Cipó (RS), vem se transformando ao longo do tempo, alterando as concepções e prioridades em relação às estratégias de segurança alimentar que, historicamente, faziam parte da organização da produção e que caracterizavam aquilo que, nesta dissertação, foi definido como a essência de ser agricultor.

5.3 Recomendações e considerações

Diante das considerações levantadas nesta pesquisa, vale recordar que a temática da segurança alimentar no espaço rural não é uma dimensão garantida e consolidada, fato que pode vir a motivar outros pesquisadores a investigar questões relacionadas a esse assunto.

Assim, para o espaço destes assentamentos rurais pesquisados, serão deixadas aqui algumas recomendações, que poderão servir de subsídio tanto para próximas pesquisas acadêmicas como para reflexão pelas entidades e agentes de assistência técnica e extensão rural que atuam nestes ambientes.

Primeiramente, observou-se que moinho estabelecido no assentamento Santa Rita pode significar uma potencialidade de resgatar práticas tradicionais da agricultura baseada na mão de obra familiar. Como por exemplo, o retorno ao plantio de milho e o fortalecimento do plantio de mandioca para processamento de farinhas, podendo ganhar destaque o milho crioulo, já que é uma condição recomendada pela cooperativa. A recuperação de antigas receitas, tradicionais de família, também é outra prática que o trabalho no moinho pode proporcionar e/ou estimular. A produção de leite também tem grande potencial para estimular o processamento de alimentos para o consumo das próprias famílias.

Entretanto, também é preciso registrar que atividades de pesquisa e de extensão rural, que estimulem a discussão com os assentados sobre resgate da cultura alimentar dos diferentes grupos étnicos, que existem em ambos os assentamentos, terão um bom campo de trabalho e um ambiente favorável para o debate aberto e participativo. Nesta mesma condição, certamente, estarão aquelas ações e trabalhos que se propõem a resgatar a valorização da cultura de “ser agricultor”.

Outro elemento observado, que merece destaque, é a saída de jovens rurais em direção à cidade, fato que vem gerando falta de mão de obra para o trabalho agrícola, como, também, vem contribuindo para o processo de negação da condição de ser agricultor, conforme já discutido anteriormente.

Ainda há a questão do envelhecimento da população rural, que somada à saída dos jovens do lote, pode significar fortes impactos no *pensar, decidir e agir* a produção e o lote, merecendo estudos mais aprofundados.

A grande questão que fica é: como re-articular assentados, assistência técnica e Academia para proporcionar novamente um interesse das famílias em voltar a incluir na sua organização estratégias tradicionais de segurança alimentar da família?

Por fim, as transformações ocorridas nos assentamentos estudados são motivo de preocupação tanto para novos estudos acadêmicos como para a assistência técnica e extensão rural, principalmente no que tange à recuperação das estratégias de segurança alimentar e da valorização de ser agricultor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. da. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. **V Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários-IESA**. Florianópolis, EPAGRI, 2002, anais em CD.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. C. da. A Erosão Cultural Alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, **Anais**. 2005. Disponível em: <www.ufsm.br/desenvolvimentorural>, Acesso em: 20 out. 2009.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERTHOUD, Gerald. Mercado. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 132-154.

BELINAZO, Denadeti Parcianello.; JACOMELLI, Jussara. Diversidade e hibridismo culturais: bases do desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2006.

BUARQUE, C. **O Conceito Subdesenvolvimento do Desenvolvimento**, in A Rede para o Desenvolvimento Local, n. 9/10, p. 48-49. 1993.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-222. 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica, **Ciência & Ambiente**, v. 1, n. 27, p. 153-165, jul./dez. 2003.

CARLOS, A. F. A. **A questão da cidade e do campo: teorias e políticas.** Mercator: Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, 1997.

CARNEIRO, Maria José. De produtor a consumidor: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 151-171.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2006.

CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. Revista **UNOESC & Ciência**, v. 6, n. 1., p. 163-174, 2010.

CONFERENCIA DE LA VÍA CAMPESINA, V., 2008, Mozanbique. **Documentos políticos de La Vía Campesina.** La Vía Campesina: 2009. Disponível em: <www.viacampesina.org/index.php?documentos>. Acesso em: 10 jul. 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, II., 2004, Olinda. **Relatório Final.** Olinda: 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publicacoesarquivos/relatorio-final-ii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. **Relatório Final.** Brasília: CONSEA, 1994.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. 2001, Havana. **Declaração Final.** Havana: 2001. Disponível em: <<http://www.fbsan.org.br>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 60-83.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, n. 11. p. 33-47, jul-dez de 2007.

FLORENTINO, Ana Maria. **Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentabilidade**: histórico e desafios. 2010. Disponível em: <<http://www.racine.com.br/index.seguranca-alimentar-e-nutricional-e-sustentabilidade-hist>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). **FEEDADOS**. 2010. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio>, Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2008>, Acesso em: 10 nov. 2011

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1983.

GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Censo demográfico 2010>, Acesso em: 10 nov. 2011.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relatório Ambiental do Assentamento Santa Rita**. 2008. Porto Alegre, RS.

KRONE, Eloí Evander. **As dimensões culturais da segurança alimentar**: um estudo realizado entre as famílias rurais gaúchas assentadas. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo). Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

MALUF, Renato et al. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Revista **Cadernos de Debate**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação. UNICAMP. v. 4, p. 66-88, 1996.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. Trad. de Cláucia F. Falluh Balduino Ferreira. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**, Campinas, p. 145-158, 2008.

NORDER, L. A. C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. Revista **Cadernos de Debates**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. v. 6, p. 40-58. 1998.

ORDAZ, Angélica Pérez. Reseña de “Capital Social y Cultural: claves estratégicas para el desarrollo. **Revista Mexicana Ciencias Políticas y Sociales**, v. XLVIII, n. 198, p. 147-149. 2006.

ORDÓÑEZ GUERRERO, Iris Cecília. **(In)segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel - Mogi Mirim/SP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. 2009.

PACHECO, Maria Emília L. Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas. **Proposta**, n. 97, jun./ago. 2003.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1763> Acesso em: 25 mar. 2011.

PLOEG, Jan Douwe van der. Trad. Rita Pereira. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

POLLAN, Michael. Trad. Claudio Figueiredo. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Tanise Pedron da. **Transformação da agricultura e do espaço rural: a (in)segurança alimentar dos assentamentos de Capão do Cipó/RS**. (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Agronomia). Universidade Federal de Santa Maria. 2009.

Tribunal Regional do Trabalho. TRT-RS. **Salário mínimo/biblioteca**. 2012. Disponível em:<<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/biblioteca/AcervoDigital>>, Acesso em: 02 jan. 2012.

TRIVIÑOS, AUGUSTO, N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. In:_____. **Entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de informações**. 17ª reimpressão. São Paulo: Editora Atlas, 2006. p. 145-158.

VALENTE, F. L. S. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In:_____. **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 103-136.

VEIGA, José Eli da. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM**, Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, n. 17, fev. 2005.

VIA CAMPESINA. Food Sovereignty. Folheto distribuído por ocasião da Cimeira Mundial da Alimentação +5. Roma, Itália. 2002.

_____. **El campesino produce alimentos, los agrocombustibles generan hambre y pobreza**. Documento de posicionamento da Via Campesina. 2008. Disponível em <www.viacampesina.org>. Acesso em: 29 abr. 2011.

_____. **La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo**. Documento de punto de vista de la Via Campesina. 2011. Disponível em <www.viacampesina.org>. Acesso em: 05 jan. 2012.

VIEIRA, Flavia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? **III Simpósio de Lutas Sociais na América Latina**. Universidade Estadual de Londrina (UEL). 2008. Disponível em: <www.uel.br/gepal/anais>. Acesso em: 15 mar. 2011.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Apêndice 1

Roteiro de Entrevista

Identificação do grupo familiar e da morada

Data:

Nome do responsável pelo lote:

Tempo de residência no assentamento (anos):

Região de origem da família:

Histórico da família no assentamento (focar nas estratégias de segurança alimentar):

1. O senhor (a) sempre trabalhou na agricultura?
.....

2. O senhor (a) pensa em abandonar a agricultura?

3. O senhor (a) gosta mais de trabalhar no cultivo comercial ou no cultivo de subsistência?
.....

4. Como foi a organização dos assentados logo após a implantação do assentamento?
.....

5. Em relação à época da implantação do assentamento, o senhor (a) considera que o período atual o assentamento, de forma geral, melhorou em quê?
.....

Organização da produção

6. O senhor (a) possui hortas?

7. Quais os principais cultivos que têm na horta?

() alface

() couve

() alho

() couve-flor

() beterraba

() repolho

() cenoura

() tomate

() cebola

() Outros.....

8. O senhor (a) possui pomar?

.....

9. Quais as principais frutas retiradas do pomar (anualmente)?

() banana

() laranja

() bergamota

() maçã

() figo

() pêra

() goiaba

.....

10. O senhor (a) realiza processamento caseiro de alimentos?

Que alimentos são processados?

.....

11. O senhor (a) tem produção animal para fins de consumo familiar?

Quais animais?

.....

12. O que motiva o senhor (a) a introduzir os cultivos de subsistência?

.....

13. O senhor (a), ou alguém da família, tem vontade de mudar para a cidade?

Quem?

.....

Trajetória no MST

14. Como foi realizado o processo de divisão dos lotes na implantação do assentamento?

.....

15. Qual foi a prioridade na produção agrícola quando a família chegou no lote?

(investigar se a organização da produção foi enfocada para comercialização ou para atender a segurança alimentar da família)

.....

16. Como foi sua trajetória no MST até chegar no assentamento?

.....

17. Na chegada da família no lote, qual foi o momento mais marcante?

.....

18. Logo na chegada ao assentamento, como eram adquiridos os alimentos básicos?

.....

19. O senhor (a) conhece o que o MST discute a respeito do tema da segurança alimentar?

.....

20. Aqui no seu lote, o que mais o identifica com a agricultura? (identificar se é o trabalho na agricultura, com os conhecimentos herdados e gerados, com a produção de alimentos, e ainda com a satisfação de viver no meio rural)

.....

21. Como o senhor (a) define o MST?

.....

22. A família ainda acompanha as atividades de luta do MST após ser assentada? Qual a importância disso?

.....

23. O senhor (a) acredita que o assentamento ainda tem vínculo com as lutas do MST? Porque?

.....

24. Como o senhor (a) fica sabendo das atividades do MST?

.....

25. O senhor (a) contribui de alguma forma para o MST? (identificar se há ainda uma participação, mesmo que de longe, nas atividades e na lutas travadas pelo MST)

.....

As estratégias de segurança alimentar

26. A partir de quando a família começou a incluir na sua rotina de trabalho os cultivos de subsistência?

.....

27. Com quem o senhor (a) aprendeu as técnicas agrícolas?

.....

28. E quando passou a abandonar esses cultivos? (focar no motivo e na época que isso aconteceu)

.....

29. O senhor (a) costumava trocar alimentos com vizinhos ou parentes? Isso persiste nos dias atuais?

.....

30. Qual foi a primeira limitação para começar os cultivos de subsistência?

.....

31. O que mudou ao longo do tempo nos cultivos de subsistência?

.....

32. Ao que o senhor (a) atribui a ausência de cultivos de subsistência nos lotes?

.....

33. O senhor (a) gostaria que seus filhos continuassem na atividade agrícola? Porquê?

.....

34. O senhor (a) ensina aos seus filhos (ou jovens da família) as técnicas da agricultura?

.....

35. Qual a importância que o senhor (a) atribui ao ensinar-lhe essas técnicas de cultivo de subsistência?

.....

36. Os filhos (ou jovens da família) se interessam em aprender e reproduzir os cultivos de subsistência?

.....

37. Quais as datas festivas da comunidade?

.....

38. Essas datas festivas ainda são comemoradas, se comparado ao período pós-implantação do assentamento?

.....

39. Nas festas da comunidade, como é a organização dos assentados para a preparação desses alimentos? Sempre foi assim?

.....

40. Algum membro da família trabalha em atividades não-agrícolas? Porquê?

.....

41. Qual a sua visão da cidade?

.....

42. E dos alimentos vendidos na cidade?

.....

43. Por qual motivo a família já se preocupou em “juntar” dinheiro? (compreender as prioridades que a família tem em investir seus recursos financeiros)

.....

44. Quais são as maiores dificuldades que o senhor (a) enfrenta na organização da produção?

.....